

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Patrícia Reis Paiva

EVASÃO DE EX-BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES

Porto Alegre

2021

Patrícia Reis Paiva

EVASÃO DE EX-BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza (UFRGS)

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Nair Heloisa Bicalho de Sousa (UnB)

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Paiva, Patrícia Reis
Evasão de ex-bolsistas do Programa de Demanda
Social da Capes / Patrícia Reis Paiva. -- 2021.
192 f.
Orientador: Diogo Onofre Gomes de Souza.

Coorientadora: Nair Heloisa Bicalho de Sousa.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Bolsa de estudo. 2. Evasão. 3. Pós-Graduação. 4.
Políticas Públicas. 5. Capes. I. Souza, Diogo Onofre
Gomes de, orient. II. Sousa, Nair Heloisa Bicalho de,
coorient. III. Título.

Patrícia Reis Paiva

EVASÃO DE EX-BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Aprovada em: 28 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



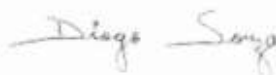
Profa. Dra. Luciana Calabro - UFRGS



Prof. Dr. Carlos Alberto Saraiva Gonçalves - UFRGS



Prof. Dr. José Fernando Schlosser - UFSM



Prof. Dr. Diogo Onofre Gomes de Souza - UFRGS (orientador)



Profa. Dra. Nair Heloísa Bicalho de Sousa - UnB (coorientadora)

Aos meus pais, Aragão e Vânia, pelo amor e apoio incondicionais; ao meu marido, Eduardo, e à minha filha, Maitê, pois a vida com vocês é muito melhor. Os quatro fazem parte desta conquista!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, esta força superior que me protege e impulsiona, sempre, a querer e a buscar novos desafios. Sou afortunada e muito grata pelas bênçãos recebidas.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, seres maravilhosos que batalharam, incansavelmente, pela minha criação e educação. Sou filha única e nossa relação é muito próxima. Os dois são meus melhores amigos e confidentes. Meu pai sempre sonhou em ter uma filha doutora e é com grande alegria que lhe dou este presente, ainda que tenha acontecido 12 anos após o término do mestrado.

Em terceiro, agradeço ao meu marido, Eduardo, pela paciência e força. Ele exerce com maestria seu papel de pai e se superou para que eu conseguisse estudar um pouco mais, principalmente, na reta final. Minha filha, Tetê, é uma criança linda e saudável. Seu sorriso reabastece minhas energias e sua existência faz com que eu busque me tornar um ser humano melhor.

Em quarto, agradeço aos meus colegas de trabalho. Foram 10 anos no setor responsável pelo programa DS/Capes. A vivência dos louros e a superação das inúmeras dificuldades somente foram possíveis pelo compartilhamento de tarefas com servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as) dedicados(as) e amorosos(as). Essa política pública depende dessas pessoas para ter continuidade. Tenho carinho por todos(as) que passaram por lá, especialmente: Amanda, Larissa, Ana Letícia, Lara e Karine. Amigas que levo no meu coração! No atual setor de lotação, não poderia deixar de agradecer a paciência que tiveram comigo, principalmente, à minha chefe, Joquebede. Não é fácil administrar trabalho, família, casa e estudo (em meio à pandemia), mas, quando encontramos compreensão, tudo se torna mais leve.

Outra colega de trabalho que fez toda a diferença no meu doutorado foi a Hayslla. Ela entrou na mesma seleção (1/2017) e sempre me incentivou a continuar e a participar de eventos científicos. Foi por causa dela que tomei coragem e fui ao meu primeiro congresso internacional. Ida que também se concretizou devido à ajuda do Igor, com milhas e possíveis trajetos, em cima da hora. Foi um anjo! Outros colegas colaboraram com questões pontuais ou, simplesmente, ouviram meus desabafos: Paulo, Patrícia, Kelly, Alice e Fernanda. Por fim, um grande colega que merece destaque é o Flávio Geovanni. Sem ele, não teria conseguido construir a base de dados para analisar o perfil dos bolsistas que evadiram. Foram muitas idas à Capes,

reuniões e ligações tarde da noite. Além de competente e experiente, ele é muito atencioso e parceiro!

Em quinto lugar, agradeço a todos(as) os(as) professores(as) com quem fiz aulas e aos(as) servidores(as) do PPGE, que me forneceram orientações, principalmente, na fase de licença maternidade. Aos professores da banca de qualificação, professora Luciana Calabro (UFRGS) e professores José Fernando Schlosser (UFSM) e Evilasio da Silva Salvador (UnB), que fizeram contribuições muito pertinentes. Ao meu orientador, professor Diogo Souza (UFRGS), sempre muito simpático, animado e defensor do meu trabalho como fonte de aprimoramento dessa política pública. À minha querida coorientadora, professora Nair Bicalho, uma pessoa iluminada, educada e preocupada com meu bem-estar físico e mental. Antes de perguntar sobre o andamento do meu trabalho, sempre queria saber como minha família e eu estávamos passando. É uma pessoa que admiro e me inspira!

Em sexto, a todos(as) que, fora do ambiente familiar, acadêmico e profissional, me deram força para persistir. Devo citar minha psicóloga, Walquíria Ribeiro, que me ajudou a controlar a ansiedade e a acreditar em meu potencial. Respirar, um ato tão simples, foi fundamental para dar conta!

Por fim, nada disso seria possível sem a oportunidade concedida pelo meu trabalho. Forneceram toda estrutura para acompanhamento de disciplinas, seminários, palestras e contato com meu orientador. Também aprovaram minha licença capacitação para estudar, por 3 meses, quando estava gestante. Essa é uma forma de contribuição muito válida, que precisa ser reconhecida e deve ser continuada, pois conecta o trabalho e a experiência empírica com o aprendizado teórico, enriquecendo ambos. Muita gratidão à Capes!

“A participação em curso em nível doutorado é exigente e demanda tempo, energia, foco, condições emocionais e materiais particulares, por um tempo razoavelmente longo na vida do aluno. É, portanto, uma atividade de intenso investimento (...) dentro da trajetória específica e complexa de uma vida [,] (...) feita de relações, emoções, trabalho e condições materiais”.

(Orientador(a) 443).

RESUMO

O Programa de Demanda Social da Capes é o maior e mais antigo programa de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu* do país. Aqui, pretende-se aprimorar sua gestão pela identificação do perfil (2010-2018) e dos principais motivos de não titulação de bolsistas (2009-2020). Como referencial histórico, é considerada a trajetória perante a Capes e a pós-graduação brasileira, por meio de leis, portarias, decretos e outras legislações pertinentes. Como referencial teórico, tem-se como expoente a Teoria da Evasão Individual de Instituições de Educação Superior e o Modelo Longitudinal da Evasão Institucional (TINTO, 1993). A metodologia é de natureza quantitativa e qualitativa, de objetivo descritivo e explicativo, e método baseado na Análise Textual Discursiva (ATD). Além de revisão documental e bibliográfica, construiu-se lista de ex-bolsistas por meio de um minucioso processo de extração, cruzamento e tratamento de informações, nas bases de bolsistas e discentes da Capes. Outro procedimento correspondeu à análise de processos abertos, na Capes, chegando à conclusão de que não há uma razão principal para a evasão, mas um entrelaçamento entre os seguintes fatores: Pandemia; Insatisfação (com o(a) orientador(a), com a instituição e/ou curso, e com os(as) professores(as) e/ou colegas de curso); Finanças e Profissão (incompatibilidade financeira/profissional com o curso, valor da bolsa de estudo e dificuldade financeira); Indivíduo e família (questões pessoais, e questões familiares e religiosas); Desempenho/abandono; Saúde (própria e de familiar); e Adaptação (deslocamento, compreensão e/ou posicionamento, e prazos). Por fim, foram pinceladas possíveis alternativas para minimizar a evasão na pós-graduação.

Palavras-chave: Bolsista; Evasão; Pós-graduação.

ABSTRACT

The “Demanda Social” Program from Capes is the biggest and the oldest grant program related to master and doctorate degrees in Brazil. Here, it is intended to improve its management by identifying the dropout profile of students who received scholarship support and did not graduate (2010-2018) and its main reasons (2009-2020). As historical reference, it is considered this program path towards Capes and Brazilian graduation, regarding related legislations. As theoretical reference has the Theory of Individual Departure from Institutions of Higher Education and the Longitudinal Model of Institutional Departure as exponents (TINTO, 1993). The methodology is quantitative and qualitative, the focus is descriptive and explanatory, and the method is based on the Discursive Textual Analysis (DTA). Besides the documental and bibliographic reviews, it was built a list of scholarship holders by a detailed process of taking, mixing, and treating data from Capes’ scholarship and graduate student basis. Another procedure was analyzing folders, in Capes, drawing a conclusion that there wasn’t a unique reason for dropout, but a network among these factors: Pandemic, Dissatisfactions (with advisors, university/faculties, and professor/course colleagues), Finances and Professions (incompatibility between finances/professions and faculty, scholarship amount, and financial difficulty), Individual and Family (personal topics, and family/religious topics), Performance/leaving college, Health (their own’s or their family’s), and Adaptation (transport journey, comprehension/position, and deadlines). Lastly, there were outlined possible alternatives to reduce graduation dropout.

Keywords: Scholarship holder; Dropout; Graduation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCNs - Avaliação das Propostas de Cursos Novos

BPT - Bolsa Para Todos

Capes - Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Capes - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID - Capacitação Institucional de Docentes

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTA - Conselho Técnico-Administrativo

CsF - Programa Ciência Sem Fronteiras

DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País

DS/ Capes - Programa de Demanda Social da Capes

FGV - Fundação Getúlio Vargas

Geocapes - Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Fator Índice de Desenvolvimento Humano do Município

IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IFPI - Instituto Federal do Piauí

IME - Instituto Militar de Engenharia

IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPC-A - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IRD - Instituto de Radioproteção e Dosimetria

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

ITAL - Instituto de Tecnologia de Alimentos

JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação
OBMEP - Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas
ON - Observatório Nacional do Rio de Janeiro
ONG – Organização Não Governamental
PIA - População em Idade Ativa
PICD - Programa Institucional de Capacitação de Docentes
PICDT - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PICME - Programa de Iniciação Científica e Mestrado
PNE - Plano Nacional de Educação
PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG - Programa de Pós-Graduação
PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEX - Programa de Excelência Acadêmica
PROF - Programa de Fomento à Pós-Graduação
PROSUP - Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
Reuni - Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAC - Sistema de Acompanhamento de Concessões
SBE - Serviço de Bolsas de Estudo
SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação
TMC - Fator Titulação Média do Curso
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFT - Universidade Federal de Tocantins
UnB - Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 2-1 – Nuvem de palavras dos principais motivos de evasão.....	26
Figura 3-1 – Composição dos processos de evasão, por Estado.	34
Figura 3-2 – Distribuição percentual dos motivos de evasão de bolsistas do programa DS/Capes.	35
Figura 4.2-1 – Quantidade de cotas de bolsa concedidas no Programa DS/Capes, entre os anos de 1995 e 2018.....	55
Figura 4.2-2 – Comparação entre a quantidade de cotas concedidas pelo Programa DS/Capes e outros pro-gramas no país da agência entre os anos de 1995 e 2018.	60
Figura 4.2-3 – Comparação entre bolsistas do Programa DS/Capes matriculados, não titulados e titulados, nos anos de 2010 e 2018.	61
Figura 4.4-1 – Bolsistas de programas da DPB e do programa DS/Capes – 2010 e 2018.....	92
Figura 4.4-2 – Comparação entre bolsistas (DS/Capes) de mestrado não titulados e titulados em relação aos matriculados - 2010 e 2018.....	97
Figura 4.4-3 – Comparação entre bolsistas (DS/Capes) de doutorado não titulados e titulados em relação aos matriculados - 2010 e 2018.....	98
Figura 4.4-4 – Bolsistas gerais e não titulados (DS/Capes), por gênero – 2010 a 2018.	99
Figura 4.4-5 – Bolsistas não titulados (DS/Capes), por faixa etária.....	100
Figura 4.4-6 – Valores das mensalidades com bolsistas não titulados (DS/Capes), por ano.	110
Figura 4.5-1 Taxas de crescimento média anual do PIB, do emprego formal de mestres e doutores e do emprego formal total, 2010-2017.....	129
Figura 4.5-2 Saúde mental de ex-bolsistas do programa DS/Capes.....	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 3-1 – Distribuição de bolsistas DS/Capes por nível e situação de discente, entre os anos de 2010 e 2018.....	31
Tabela 3-2 – Atores que se manifestaram sobre a evasão de ex-bolsistas do programa DS/Capes.	33
Tabela 3-3 – Bolsistas e ocorrências dos processos analisados sobre evasão de ex-bolsistas do programa DS/Capes.	34
Tabela 4.2-1 – Evolução das dotações orçamentárias previstas para a Capes, bolsas de estudo e bolsas no país, no período de 2004 a 2018.	56
Tabela 4.4-1 – Discentes e bolsas do programa DS/Capes.	93
Tabela 4.4-2 – Bolsistas não titulados do programa DS/Capes - 2010 a 2018.	97
Tabela 4.4-3 – Bolsistas gerais e não titulados do programa DS/Capes.	98
Tabela 4.4-4 – Faixa etária de bolsistas não titulados do programa DS/Capes.....	100
Tabela 4.4-5 – Bolsistas não titulados do programa DS/Capes, por região.	101
Tabela 4.4-6 – <i>Ranking</i> da evasão de bolsistas do programa DS/Capes, por estado.....	102
Tabela 4.4-7 – IES apoiadas (DS/Capes) e acima da média de evasão nacional, por região.	103
Tabela 4.4-8 – Distribuição de IES apoiadas (DS/Capes) e acima da média de evasão, por região.	104
Tabela 4.4-9 – <i>Ranking</i> das IES com maior índice de evasão (DS/Capes).	104
Tabela 4.4-10 – Bolsistas não titulados (DS/Capes), por grande área de avaliação.....	105
Tabela 4.4-11 – <i>Ranking</i> da evasão (DS/Capes) – Engenharias.....	106
Tabela 4.4-12 – <i>Ranking</i> da evasão (DS/Capes) – Ciências Exatas e da Terra.....	107
Tabela 4.4-13 – <i>Ranking</i> da evasão (DS/Capes) – Ciências Agrárias.....	108
Tabela 4.5-1 Subcategorias da insatisfação institucional.	124
Tabela 4.5-2 Subcategorias do motivo Finanças e Profissão	130
Tabela 4.5-3 Subcategorias do motivo Dificuldades de Adaptação.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.3-1 – Ocorrências dos processos que tiveram 1 causa de evasão.....	35
Quadro 4.5-1 – Evasão de bolsistas do programa DS/Capes, por ordem de ocorrências.....	121
Quadro 4.5-2 – Evasão do programa DS/Capes, por número de bolsistas.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 JUSTIFICATIVA	21
1.2 OBJETIVO GERAL.....	22
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
2 REFERENCIAIS HISTÓRICO E TEÓRICO.....	23
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	37
4.1 ARTIGO 1 – CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES.....	37
4.2 ARTIGO 2 - O PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA.....	52
4.3 ARTIGO 3 - CONSTRUÇÃO TEÓRICA PARA ANALISAR EVASÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	72
4.4 ARTIGO 4 – O PERFIL DA EVASÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES	88
4.5 ARTIGO 5 – POR QUE BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES EVADEM?.....	116
5 CONCLUSÕES.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
APÊNDICE A - COMPARAÇÃO ENTRE NOMATIVOS DO PROGRAMA DS/CAPES.....	157
APÊNDICE B - MOTIVOS DE EVASÃO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DS/CAPES.....	171

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto de minha trajetória acadêmica e profissional. Minha graduação foi em Ciência Política (2002-2006), pela UnB. Trabalhei na Ágere, ONG de Direitos Humanos, de 2006 a 2008, período em que me aproximei de causas sociais e passei a me interessar por uma face mais participativa da política. Meu trabalho de conclusão de curso teve como tema o Orçamento Participativo. No mestrado, em Política Social (2007-2009), também na UnB, estudei os Fóruns de Participação Social no Orçamento Público Federal, com foco no estudo de caso ocorrido no Distrito Federal.

Em 2010, fui convocada no concurso público para Analista em Ciência e Tecnologia da Capes. Conhecia a agência por ter sido bolsista (CNPq) e por ter usufruído dos benefícios do Portal de Periódicos. Contudo, não tinha noção de sua dimensão. Depois de poucos meses trabalhando com o PNPD, mudei de coordenação. Vivenciei o fim do PROF e comecei a trabalhar com o PROSUP. Não lembro, exatamente, o ano, mas não demorou para começar com o programa DS/Capes.

Em 2016, passei a ser coordenadora-substituta. Com a saída do coordenador, no final desse ano, permaneci como substituta até me nomearem, efetivamente, em junho de 2017. Foi nesse período que também iniciei o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (UFRGS). Meu projeto surgiu da observação do crescimento de processos abertos para apuração de irregularidades, tendo a evasão como uma delas. Fiquei curiosa se a obrigação de restituição, aplicada a partir de 2010, teria tido influência sobre esse aumento.

Nesses 4 anos, pude vivenciar esse programa para além da bagagem técnica que havia exercido anteriormente (6 anos), mas também com olhar de gestora e de acadêmica. Por mais que tenha saído da coordenação e trilhado outros rumos, no final de 2020, espero deixar contribuições para seu aprimoramento. Consegui publicar o primeiro artigo conceitual sobre ele, compilando informações espalhadas em regimentos e normativos; identifiquei seu surgimento (mesmo que controverso), por meio de análise de cópias de documentos do arquivo central da Capes; apresentei a primeira pesquisa sobre o perfil dos bolsistas que evadiram, com aspectos relevantes sobre gênero, região e área do conhecimento; e, por fim, consegui dar alguma voz às pessoas que evadiram, expondo os principais motivos para a não permanência.

Assim como muitos relatos lidos, na última etapa da minha pesquisa, me identifiquei com as dificuldades em realizar uma pós-graduação. Não é uma tarefa nada simples. A vida não pausa para que você possa estudar, pelo contrário, ela continua. No meu caso, prosseguiu, intensamente! Distribui meu tempo de estudo com cargo, casa e maternidade. Pensei em desistir

várias vezes. Percebi que, para se concluir um doutorado, é necessário um misto de disciplina, abdição, persistência e equilíbrio (físico, mental e espiritual). Como o autor que norteou meu estudo (Vicent Tinto), concordo sobre a importância do papel institucional para o desenvolvimento da integração acadêmica e social e consequente finalização do curso. Adiciono, a esse discurso, a importância das redes de apoio. Por mais que o doutorado pareça um caminho solitário, há uma bagagem que o sustenta, que tem importância, sim, das instituições e dos cursos (por meio de seus quadros docentes e administrativos), mas também dos círculos familiares, profissionais e de amigos.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua criação, no ano de 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹ objetivava especializar recursos humanos com foco no desenvolvimento do país. A primeira concessão de bolsas de estudos ocorreu, no ano seguinte, com a oferta de apenas 3 bolsas, sendo 1 no país, na área de música, e 2 no exterior, nas áreas de agronomia e antropologia (CORDOVA, 1998, p. 44; BRASIL, 2011a, p. 41 e 45). Atualmente, a agência age em, ao menos, cinco linhas²: (1) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; (2) acesso e divulgação da produção científica; (3) investimentos na formação de recursos de alto nível, no país e exterior; (4) promoção da cooperação científica internacional; e (5) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A concessão de bolsas corresponde à terceira linha de ação e, de acordo com o recurso executado no ano de 2018, seguindo a dotação³ prevista no Plano Plurianual 2016-2019⁴, 79,24% do orçamento dessa fundação (R\$3.040.610.837 de R\$3.837.301.197) foram destinados para esse fim. A dotação de bolsas no país (R\$2.053.727.698) representou 67,54% das bolsas e 53,52% do total do recurso.

A respeito do trabalho desenvolvido pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), pode-se afirmar que o maior programa de apoio a cursos de pós-graduação *stricto sensu* é o Programa de Demanda Social (DS/Capes). No mês de dezembro de 2018, atendeu 145 instituições de ensino superior (IES) e 2.555 programas de pós-graduação (PPG), por meio da concessão de 53.168 cotas de bolsas, sendo 30.054 no mestrado e 23.114 no doutorado⁵. Em 2018, correspondeu a 57,77% das bolsas de mestrado e doutorado dessa diretoria⁶.

Uma questão que preocupa, principalmente, em um contexto de restrição orçamentária e de busca por otimização de uso dos recursos públicos, é o número de casos de bolsistas que

¹ A partir do Decreto nº53.932, de 26 de junho de 1964, a Capes se tornou a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, reunindo em um único órgão a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e o Programa de Extensão do Ensino Tecnológico (PROTEC) (BRASIL, 1964).

² “História e missão”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 4 jun. 2021.

³ O termo dotação se refere à Lei Orçamentária Anual mais créditos.

⁴ “Orçamento – Evolução em reais”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/orcamento-evolucao-em-reais>. Acesso em: 4 jun. 2021.

⁵ Informação coletada no Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC), utilizado para o acompanhamento das bolsas do programa DS/ Capes até setembro de 2019. Disponível em: <https://sac.capes.gov.br/sac>. Acesso em: 4 jun. 2021.

⁶ Informação obtida no Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes). Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

abandonam ou que são desligados de seus cursos. A evasão passou a ser objeto de cobrança no último regulamento, anexo à Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010 (BRASIL, 2010), conforme transcrito a seguir:

Revogação da concessão

Art. 13. Será revogada a concessão da bolsa CAPES, com a consequente restituição de todos os valores de mensalidades e demais benefícios, nos seguintes casos:

(...)

Parágrafo único. A não conclusão do curso acarretará a obrigação de restituir os valores despendidos com a bolsa, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada. A avaliação dessas situações fica condicionada à aprovação pela Diretoria Colegiada da CAPES, em despacho fundamentado. (grifo nosso)

Por meio do cruzamento de informações, utilizando os bancos de dados de bolsistas (SAC) e de discentes (Coleta Capes e Plataforma Sucupira⁷) da Capes, verificou-se que, entre os anos de 2010 e 2018, 9.247 (3,95% de 233.823) bolsistas não concluíram seus cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* no país, representando uma perda direta real de R\$287.876.449,64⁸ aos cofres públicos.

Esse cruzamento fornece subsídios relevantes sobre o perfil da evasão de bolsistas do programa DS/Capes, que é o primeiro objetivo desta investigação. Os resultados indicam que a maioria dos bolsistas que evadiram se concentrou no nível de mestrado, no público masculino, nas faixas etárias de 23 a 30 anos, nas regiões Norte e Nordeste e nas grandes áreas de Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, e Ciências Agrárias.

Os principais motivos para a evasão foram extraídos da análise de processos abertos na DPB/Capes para apuração de irregularidades. Dos 524 casos analisados, por meio do método Análise Textual Discursiva (ATD), foram encontrados 7 motivos principais, desdobrados em 13 subcategorias: (1) Pandemia; (2) Insatisfação, (2.1) Com o(a) orientador(a), (2.2) Com a instituição e/ou curso, e (2.3) Com os(as) professores(as) e/ou colegas de curso; (3) Finanças e Profissão – (3.1) Incompatibilidade financeira/profissional com o curso, (3.2) Valor da bolsa de estudo e (3.3) Dificuldade Financeira; (4) Indivíduo e família – (4.1) Questões pessoais e (4.2) Questões familiares e religiosas; (5) Desempenho/abandono; (6) Saúde – (6.1) Própria e (6.2) De familiar; e (7) Adaptação – (7.1) Deslocamento, (7.2) Compreensão e/ou posicionamento, e (7.3) Prazos. Por mais que alguns motivos tenham sido mais frequentes que outros, a

⁷ Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

⁸ De acordo com a atualização pelo IGP-M (FGV), no mês de 06/2019.

maioria dos bolsistas (69%) apresentou mais de um, no mesmo processo analisado, indicando a multiplicidade de fatores causais para a evasão.

Com base nos aspectos apresentados, este trabalho está dividido em 5 partes. Nesta introdução, são descritos a justificativa, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos. No 2º capítulo, é, brevemente, explicado o referencial teórico para análise da evasão, pois o 3º artigo (seção 4.3) aprofunda melhor a escolha da abordagem sociológica do autor norte-americano Vicent Tinto (1993; 2012). No 3º capítulo, é apresentada a metodologia, contendo a revisão bibliográfica e documental para a construção histórica e teórica, bem como a formação da base de dados desta pesquisa e os processos analisados por meio da ATD.

No 4º capítulo, são apresentados os artigos produzidos (1 publicado, 1 aprovado, 2 submetidos e 1 elaborado que aguarda sugestões da banca de defesa), que representam o desenvolvimento da presente pesquisa: 1) **“Características do Programa de Demanda Social da Capes”** introduz as características gerais, a gestão compartilhada e as normas gerais e operacionais das bolsas de estudo desse programa; 2) **“O Programa de Demanda Social da Capes no contexto da pós-graduação brasileira”** revela as circunstâncias de sua formação e desenvolvimento; 3) **“Construção teórica para analisar evasão na pós-graduação”** expõe os principais motivos para a escolha da Teoria da Evasão Individual de Instituições de Educação Superior, detalha essa teoria e o modelo de Tinto (1993; 2012) e sugere a possibilidade de aplicá-los à análise da evasão na pós-graduação brasileira; 4) **“O perfil da evasão de bolsistas do Programa de Demanda Social da Capes”** explana os resultados quantitativos encontrados quanto a gênero, idade, geografia, grande área de avaliação, área do conhecimento e custo da evasão; 5) **“Por que bolsistas do Programa de Demanda Social da Capes evadem?”** descreve as principais razões encontradas, conforme análise de processos abertos no âmbito da Capes.

No 5º e último capítulo, são indicadas as conclusões. Então, são apresentadas as referências utilizadas nos 1º, 2º e 3º capítulos, já que as do 4º capítulo estão dispostas ao final de cada artigo. Por fim, fazem parte os apêndices A (comparativo entre normativos) e B (listagem das categorias e subcategorias em cada um dos 524 ex-bolsistas analisados).

1.1 JUSTIFICATIVA

O conhecimento das fragilidades do programa DS/Capes pode levar ao seu aprimoramento. Descobrir onde e por que ocorrem evasões de bolsistas pode colaborar para: (1) avaliar a efetividade da atual estratégia de cobrança promovida pela Capes, que prevê a restituição em

caso de não conclusão; (2) elencar possíveis formas de contenção; (3) reduzir o recurso perdido com evasão.

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar o perfil de bolsistas que evadiram do programa DS/Capes, entre os anos de 2010 e 2018, e analisar os principais motivos dessa evasão, a fim de entender sua dimensão na pós-graduação e esboçar possíveis medidas de contenção.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Consistem em objetivos específicos: (1) identificar o número de bolsistas não titulados por ano (de 2010 a 2018), de forma a descrever quem são (sexo e idade) e de onde provêm (região, estado, instituição, nível, grande área de avaliação e área do conhecimento); (2) explorar o custo direto da evasão para a Capes, por meio do número de mensalidades e do valor atualizado das bolsas recebidas; (3) investigar as principais razões que levaram a não titulação; (4) propor medidas de contenção.

2 REFERENCIAIS HISTÓRICO E TEÓRICO

A trajetória do programa DS/ Capes está inserida no desenvolvimento da pós-graduação brasileira e da concessão de bolsas de estudo pela Capes. No Brasil, esse histórico é recente. A pós-graduação se estruturou, a partir da década de 1950, para atingir o projeto governamental de desenvolvimento e independência. Com isso, intensificou-se a reflexão sobre a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores em diversas áreas, tais como física, matemática, química, biologia e economia (BRASIL, 2002, p. 17; BRASIL, 2011a, p. 9).

Em 1951 (BRASIL, 1951), instituiu-se a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a fim de assegurar a existência de pessoal especializado em qualidade e quantidade e de oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a oportunidades de aperfeiçoamento.

O Serviço de Bolsas de Estudo (SBE) foi a primeira atuação da Capes em relação à concessão de bolsa, com atividades de recrutamento e seleção de bolsistas, coleta e divulgação de informações sobre bolsas concedidas por outras entidades (CORDOVA, 1998, p. 43-44).

A pós-graduação se desenvolveu, principalmente, a partir da década de 1960 (BRASIL, 2002, p.34, 202 e 298). Os primeiros marcos legais surgiram com a Lei de Diretrizes e Base de 1961 (BRASIL, 1961), o Parecer nº 977 de 1965 (Parecer Sucupira) (BRASIL, 1965) e o Parecer nº77/1969 (BRASIL, 1969). Nessa época, enfatizava-se a qualificação docente (BRASIL, 2002, p. 51). Em 1975, teve início o Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD). No ano seguinte, surge⁹ a Demanda Social, como programa distinto daquele (BRASIL, 1976, p.16), atendendo alunos sem a exigência de engajamento acadêmico (BRASIL, 1975b, p. 2; BRASIL, 1977, p. 9).

Estes programas emergiram durante o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG – 1975-1979) (BRASIL, 1975a), que teve a institucionalização do sistema de pós-graduação como uma das grandes contribuições, repercutindo na forma de repasse de recursos da Capes: dos indivíduos para as instituições (BRASIL, 2002, p. 73, 80 e 127).

As principais características do programa DS/Capes, como surgimento, objetivo principal, requisitos para ingresso, relação com a avaliação da Capes, gestão compartilhada, normas gerais e operacionais estão no “4.1 ARTIGO 1 – CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES”, publicado na *Brazilian Journal of Development*, o qual

⁹ O início do programa DS/Capes é impreciso. Contudo, por meio de atas de reuniões, relatórios gerenciais e resoluções, pode-se afirmar que o primeiro registro consta do ano de 1975 para o plano de bolsas previsto para o ano de 1976 (BRASIL, 1975c).

revisou a legislação pertinente, principalmente, duas Diretrizes e Instruções, datadas de 1987 e 1991, e quatro portarias, publicadas nos anos de 1998, 2000, 2002 e 2010.

O alcance e a trajetória do programa DS/Capes decorrentes do desenvolvimento da pós-graduação brasileira e da concessão de bolsas de estudo pela Capes, estão detalhados no “4.2 ARTIGO 2 - O PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA”, aprovado na Revista Educação e Políticas e Debate. Nesse artigo, apontam-se as mudanças ocorridas, como a variação na concessão de bolsas. Entre os anos de 1995¹⁰ e 2018, esse programa, praticamente, quadruplicou de tamanho, chegando à oferta de 53.168 bolsas, fato que o leva a ser o maior programa de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu* desta natureza no mundo.

Para além da singularidade, permanece a dúvida se o programa DS/ Capes tem sido bem-sucedido no seu objetivo principal, que é de formar recursos humanos de alto nível no país. A resposta envolve necessariamente o número de bolsistas que lograram em receber títulos de mestres e de doutores, que, entre os anos de 2010 e 2018, foi de 142.635 (61%) em relação aos 233.823 discentes que receberam bolsa.

O título é exigência prevista regimentalmente pelo programa DS/Capes e integra a sistemática de avaliação da Capes, que, a partir de 1998, foi reformulada e passou a ser orientada pela Diretoria de Avaliação da Capes em conjunto com consultores *ad hoc*, na tentativa de assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país¹¹. De acordo com a ficha de avaliação de programas acadêmicos da Avaliação Quadrienal 2017 (BRASIL, 2017), os seis critérios utilizados foram: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, teses e dissertações; (4) produção intelectual; e (5) inserção social. O 3º quesito valia de 30% a 35% da nota dos cursos e compreendia quatro partes: (3.1) quantidade de teses e dissertações defendidas no período da avaliação, em relação ao corpo discente permanente e à dimensão do corpo discente; (3.2) distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa; (3.3) qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de instituição com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publi-

¹⁰ Ano de início das informações oficiais de bolsas pelo Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes). Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

¹¹ “Sobre a Avaliação”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao-avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 4 jun. 2021.

cações e outros indicadores pertinente à área; (3.4) eficiência do programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.

A despeito da complexidade das variáveis observadas, é perceptível que a titulação compromete diretamente todas as partes do terceiro quesito acima exposto. Por isso, não é de se admirar que a evasão de discentes, em especial dos bolsistas, seja motivo de apreensão perante os PPG.

Em trabalho de dissertação, Leite (2016, p. 151) buscou avaliar a efetividade do programa DS na pós-graduação da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Um de seus objetivos foi identificar as causas de evasão nos programas dessa instituição, que apontou dois posicionamentos diversos: para os coordenadores, estaria relacionada à situação pessoal ou à conduta dos discentes; para estes, além de fatores pessoais, as principais causas de evasão corresponderiam à dificuldade de conciliar atividade do curso e trabalho, e ao conflito com o orientador.

As causas desta pesquisa foram desenvolvidas no “4.5 ARTIGO 5 – POR QUE OS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES EVADEM?” e a descrição sobre os critérios metodológicos serão explicados na próxima seção. Na figura a seguir constam as palavras mais citadas (embora não casem, necessariamente, com os motivos mais frequentes):

Figura 2-1 – Nuvem de palavras dos principais motivos de evasão.



Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

As 20 palavras mais frequentes e as respectivas aparições foram: orientador (161), saúde (149), prazo (140) atividades (138), problemas (135), pesquisa (121), cidade (97), ansiedade (95), dissertação (94), depressão (90), defesa (87), desligamento (83), projeto (82), bolsa (78), falta (76), disciplinas (75), qualificação (62), período (61), tratamento (61) e desempenho (56). Importa ressaltar que houve repetição de palavras por um mesmo ator e que a contabilização precisa dos motivos está no artigo 4.5.

O aprofundamento da análise sobre os fatores que levam a não titulação de bolsistas pode contribuir não apenas com a gestão dos programas DS na Capes, mas em sua aplicação pelos programas de pós-graduação atendidos em todo o país.

Em relação ao referencial teórico, a evasão de discentes da pós-graduação pode seguir diferentes abordagens teóricas. Optou-se por escolher o modelo desenvolvido pelo cientista social estadunidense Vincent Tinto, que buscou explicar a desistência de alunos na graduação de instituições norte-americanas. O livro *Leaving College*, publicado em 1987, e revisado, em 1993, inaugurou a Teoria da Evasão Individual de Instituições de Educação Superior, que tem como pilares estruturantes “Os Ritos de Passagem” (1909), de Arnold Van Gennep, e “O Suicídio” (1897), de Émile Durkheim.

Defende-se que a evasão não seria consequência de atributos ou características individuais dos estudantes, mas das experiências acadêmica e social as quais teriam durante o curso. Outro marco na produção de Tinto é o livro *Completing College: rethinking institutional action*, que expõe ações e políticas bem-sucedidas, a fim de impactar práticas institucionais e melhorar índices de retenção e graduação.

Os preceitos de Tinto quanto à evasão, expressos pela Teoria da Evasão Individual de Instituições de Educação Superior e pelo Modelo Longitudinal da Evasão Institucional norteiam este trabalho, conforme “4.3 ARTIGO 3 - CONSTRUÇÃO TEÓRICA PARA ANALISAR EVASÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO”, submetido à Revista Internacional de Educação Superior, em 7 de março de 2021. Procura-se fugir de justificativas estereotipadas sobre evasão, que atribuem o problema à personalidade do indivíduo ou à escassez de atributos desejáveis para obtenção do título. Também busca-se reforçar o papel das instituições em contribuir com intenções e comprometimentos individuais, fortalecendo a permanência.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem metodológica escolhida é de natureza quantitativa e qualitativa. Conforme aponta Laville e Dionne (2007), a primeira permite maior objetividade na interpretação dos dados, por meio de distribuições de frequência e de índices numéricos. Já a segunda visa compreender a significação de conteúdos que poderiam desaparecer no primeiro processo. Quanto ao objetivo, a pesquisa é descritiva e explicativa (GIL, 2008). As características do perfil da evasão foram descritas e as razões determinantes da não titulação foram buscadas, categorizadas e analisadas.

A descrição do referencial histórico e teórico deste estudo adotou como modelo operativo a pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2008), a primeira consiste em material consolidado, como livros, periódicos científicos e teses, que permite ampliar o conhecimento sobre estudos anteriores. A segunda se refere a materiais não tratados analiticamente.

A compreensão do surgimento e desenvolvimento do programa/DS, da Capes e da pós-graduação brasileira depende da análise da legislação pertinente, que abrange decretos, leis, pareceres, relatórios, atas, portarias e resoluções, conforme três primeiros artigos anexos na seção “4. Desenvolvimento da Pesquisa”. À parte da legislação, fez-se busca em outras bases de dados, tais como *Scielo*¹², Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹³ e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁴. Utilizaram-se, como fator de busca, os termos “Demanda Social” e “DS” junto com o termo “Capes”. Os resultados sobre “demanda social” não tratavam do programa da Capes, mas de assuntos relacionados a demandas da sociedade. Encontrou-se apenas a dissertação de mestrado “Avaliação da efetividade do Programa Demanda Social da Capes na pós-graduação da UFT (LEITE, 2016). Isso evidencia como esse programa foi pouco abordado academicamente. Desta forma, conforme visto na seção anterior, enquanto a base teórica se concentrou em pesquisa bibliográfica, a base conceitual e histórica foi, essencialmente, documental.

Para descrever o primeiro e o segundo objetivos específicos, que tratam da composição dos ex-bolsistas do programa DS/Capes, foi realizado um processo minucioso de extração, cruzamento e tratamento de informações. A fim de permitir que outros pesquisadores repliquem, refutem ou continuem este estudo, com outras variáveis ou abordagens, são detalhadas as etapas percorridas, a seguir.

¹² Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

¹³ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

¹⁴ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

Em primeiro lugar, por meio de programa estatístico, consultou-se o Acervo Digital de Dados da Capes de Pagamento de Bolsas e Auxílios. Com essa base, resgataram-se os discentes cadastrados como bolsistas do programa DS/Capes pelas IES, no SAC, e todos os pagamentos desse programa, referentes¹⁵ aos anos de 2010 a 2018, e do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF)¹⁶, de 2010 e 2011. Além dos valores de pagamento, extraiu-se também o número de parcelas recebidas, visando abranger bolsistas que tiveram vigência prorrogada por motivo de parto¹⁷.

A partir disso, cruzou-se essa população com o Acervo Digital de Dados da Capes de Discentes, cujo preenchimento era responsabilidade das IES e PPG, no Coleta Capes, até 2012, e passou a ser, na Plataforma Sucupira, a partir de 2013. Assim, foi possível encontrar as seguintes situações desses bolsistas em relação a seus cursos: “abandono”, “abandonou”, “desligado”, “matriculado”, “mudança de nível com defesa”, “mudança de nível sem defesa”, “titulado”.

Esse cruzamento ocorreu em três rodadas. Na primeira, a listagem de bolsistas (por meio de Cadastro de Pessoas Físicas - CPF) foi comparada com a de discentes no mesmo nível (mestrado ou doutorado) e PPG (código). Na segunda, no mesmo nível, mas em qualquer PPG, com objetivo de abarcar as mudanças de curso e de IES. Na terceira, em nível acima, para considerar aqueles que não defenderam o mestrado, mas que concluíram o doutorado. Desse modo, o rol das situações abrangeu todo o sistema e não apenas os cursos iniciais.

Deve-se considerar que as extrações e cruzamentos foram realizados em maio de 2019. Como todo trabalho se baseia em dados fornecidos pelas IES e PPG (responsáveis pelo preenchimento nos sistemas da Capes) e que existe a possibilidade de atualizações, na base de discente da Plataforma Sucupira, os quantitativos encontrados podem ser alterados em novas rodadas.

Embora haja essa volatilidade, ao mesmo tempo, é de extrema valia contar com uma plataforma única, com elementos padronizados, para todas IES e PPG, no país. O cadastro na Plataforma Sucupira é condição para a concessão de bolsa e, ao mesmo tempo, referência para a avaliação do curso.

¹⁵ Foram considerados pagamentos excepcionais feitos em outros exercícios, mas que se referiam a esse período.

¹⁶ Programa que concedia bolsas de mestrado e doutorado a 12 instituições federais de ensino superior (IFES). Foi extinto (BRASIL, 2011b) e migrou para o programa DS/Capes, em 2011.

¹⁷ A Portaria nº248, de 19 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011c), possibilitou a prorrogação por até 4 meses dos limites máximos de 24 e 48 meses, no mestrado e doutorado, respectivamente.

Em terceiro lugar, partiu-se para o tratamento inicial desses dados. Para a “mudança de nível com defesa”, antes de 2013, foi necessário inserir outra linha e acrescentar “matriculado” no nível de doutorado, de forma a completar a informação e equiparar ao procedimento realizado pela Plataforma Sucupira, a partir daquele ano.

Precisou-se retirar as duplicações, pois se registrava o mesmo discente várias vezes, conforme situação, em cada ano. Por exemplo, um discente que iniciou o doutorado em 2011 e titulou em 2014, constava em quatro linhas, três como “matriculado” (nos anos de 2011, 2012, 2013) e uma, como “titulado” (no ano de 2014). Considerou-se apenas a última situação e excluíram-se as três linhas anteriores. Portanto, esse mesmo discente está no grupo de bolsistas de 2011 que titulou.

Então, em quarto lugar, complementou-se as seguintes informações, nas mesmas bases de bolsistas e discentes: sigla da IES; região, UF, nome, grande área do conhecimento, área de avaliação, área do conhecimento e nota do PPG (avaliação de 2010, 2013 e 2017); gênero e ano de nascimento do bolsista; e início e fim de bolsa, para considerar vigências fracionadas.

Em quinto lugar, continuou-se com o tratamento dos dados, em planilha eletrônica. Precisou-se fazer um trabalho de exclusão, consideração e adaptação. O primeiro deveu-se à indisponibilidade da informação, tal como bolsistas atrelados a PPG sem código. Por alguma mudança (talvez por motivo de descredenciamento ou fusão), 13.240 bolsistas não puderam entrar nesta pesquisa. Outra exclusão necessária correspondeu à ausência de 294 CPF. Por fim, excluíram-se 4 bolsistas com fim de bolsa incompatível (ano de 1900). Não tem como afirmar o motivo dessas falhas e incompletude, apenas que a gestão de dados de discentes da Capes vem se aprimorando desde a implementação da Plataforma Sucupira.

O segundo trabalho optou por considerar registros com valores zerados de recebimento, devido à devolução e estorno de mensalidades, e com valores atípicos quanto aos aplicados ao mestrado e ao doutorado¹⁸, por causa de motivos diversos, tais como pensão alimentícia, complementação financeira e erro técnico. O terceiro trabalho foi de adaptação. Considerou mestrado profissional e acadêmico apenas como mestrado. Unificou as situações “abandono”, “abandonou” e “desligamento” como “não titulado”. Vinculou as situações “mudança de nível com defesa” e “mudança de nível sem defesa” do mestrado à situação no doutorado, alterando para uma das categorias: “não titulado” ou “titulado”.

¹⁸ Os valores das bolsas de mestrado e doutorado variaram, no período em estudo, correspondendo, respectivamente a: R\$1.200,00 e R\$1.800,00 (BRASIL, 2008); R\$1.350,00 e R\$2.000,00 (BRASIL, 2012); e R\$1.500,00 e R\$2.200,00 (BRASIL, 2013).

Esse terceiro trabalho ainda inseriu a situação “inconclusivo” para os casos sem referência da situação no PPG de recebimento da bolsa e os bolsistas que: (1) haviam abandonado ou se desligado, em nível acima, no mesmo PPG (6 casos) ou (2) em PPG distinto (31 casos); e que (3) apareceram como matriculados em outro PPG, posteriormente (54 casos). Também foram inseridos com a situação “inconclusivo”, os bolsistas que: (4) abandonaram ou se desligaram em PPG distinto, no mesmo nível, com última referência anterior ao PPG de recebimento da bolsa (4 casos); (5) mudaram de situação de “abandono”, “abandonou” ou “desligado” para “matriculado”, no mesmo nível, posteriormente (1.059 casos); (6) se matricularam em nível acima, sem ter referência da situação no PPG de recebimento da bolsa ou com situação “desligado”, “abandono” ou “abandonou” (140 casos); e (7) apareceram com a situação “mudança de nível sem defesa”, mas com a “matriculado” em nível acima (294 casos). Embora esses 1.588 casos pudessem influenciar, no resultado dos bolsistas que evadiram, não foram utilizados, neste estudo, devido à incompletude de informação.

Com essas etapas de extração, cruzamento e tratamento, chegou-se à lista final de 233.823 bolsistas, no período de 2010 a 2018. Esse número representa toda a população de bolsistas do programa DS/Capes nesses anos, conforme distribuição da Tabela 3-1. Deste modo, foram considerados 9.247 (3,95% de 233.823) bolsistas do programa DS/Capes que não titularam para a análise desta pesquisa.

Tabela 3-1 – Distribuição de bolsistas DS/Capes por nível e situação de discente, entre os anos de 2010 e 2018.

(continua)

Ano/Nível	Inconclusivo	Matriculado	Não Titulado	Titulado	Total Geral
Sem ano	8				8
DOUTORADO	6				6
MESTRADO	2				2
2010	161	546	1.150	18.818	20.675
DOUTORADO	46	180	357	5.438	6.021
MESTRADO	115	366	793	13.380	14.654
2011	164	566	1.282	22.454	24.466
DOUTORADO	58	232	366	6.214	6.870
MESTRADO	106	334	916	16.240	17.596
2012	150	677	1.148	20.539	22.514
DOUTORADO	43	334	302	5.453	6.132
MESTRADO	107	343	846	15.086	16.382
2013	208	1.393	1.476	24.132	27.209
DOUTORADO	61	861	345	6.577	7.844
MESTRADO	147	532	1.131	17.555	19.365

(continuação)

Ano/Nível	Inconclusivo	Matriculado	Não Titulado	Titulado	Total Geral
2014	236	4.521	1.454	24.309	30.520
DOUTORADO	64	3.574	389	6.075	10.102
MESTRADO	172	947	1.065	18.234	20.418
2015	228	8.995	1.232	18.158	28.613
DOUTORADO	56	7.522	294	1.553	9.425
MESTRADO	172	1.473	938	16.605	19.188
2016	249	13.992	799	11.796	26.836
DOUTORADO	46	7.364	158	357	7.925
MESTRADO	203	6.628	641	11.439	18.911
2017	147	23.483	529	2.273	26.432
DOUTORADO	22	7.289	96	99	7.506
MESTRADO	125	16.194	433	2.174	18.926
2018	37	26.180	177	156	26.550
DOUTORADO	11	7.997	36	27	8.071
MESTRADO	26	18.183	141	129	18.479
Total Geral	1.588	80.353	9.247	142.635	233.823

Fonte: elaboração da autora.

Para a análise dos motivos de evasão, a fim de evitar baixa taxa de retorno de questionários e de possibilitar informações mais pormenorizadas e livres (sem restrição a perguntas determinadas ou respostas tendenciosas), decidiu-se considerar processos abertos na DPB/Capes. Foram colhidos todos os que constavam na lista de acompanhamento dessa diretoria até o final de 2020, abrangendo bolsistas de 2009 a 2020. Após conferir cada um deles e fazer os ajustes necessários, conforme detalhado no artigo 4.5, chegou-se a 524 casos de evasão.

O método de análise escolhido foi a Análise Textual Discursiva (ATD), que visa um processo de desconstrução e construção dos textos, por meio de categorias, chamado por Moraes (2003, p.92) de “tempestade de luz” (Moraes, 2003, p. 192):

O processo analítico consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se *flashes* fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise.

A riqueza da análise realizada provém das manifestações coletadas de diferentes atores, conforme Tabela 3-2. A maioria delas correspondeu a relatos institucionais (68,53%). Isso não significa que os(as) ex-bolsistas se manifestaram pouco, apenas que o número de atores institucionais era maior. Ao considerar o total de 524 processos, o quantitativo de 384 manifestações

de ex-bolsistas correspondeu a 73%. Também devem ser considerados os relatos de profissionais da saúde, os quais possibilitaram uma interpretação adicional aos casos de evasão.

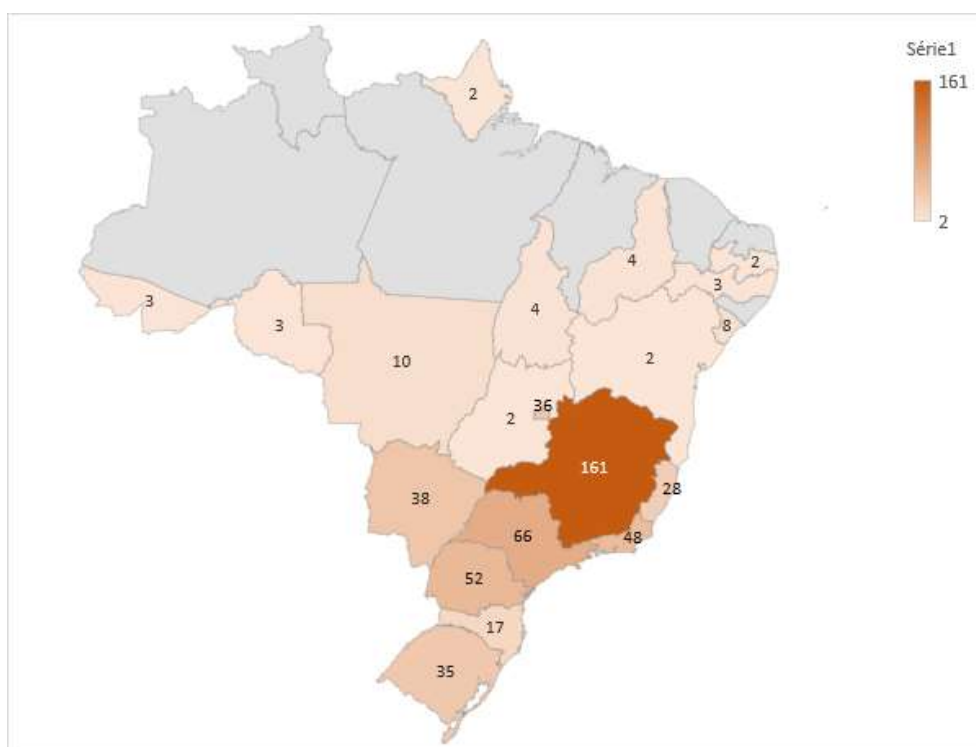
Tabela 3-2 – Atores que se manifestaram sobre a evasão de ex-bolsistas do programa DS/Capes.

Atores		Quantidade de manifestações	% absoluta
IES	Reitores(as)	3	0,16%
	Orientadores(as)	64	3,50%
	Colegiados de curso	117	6,40%
	Comissões de Bolsas	265	14,50%
	Coordenadores(as) de curso	305	16,69%
	Pró-Reitores(as)	498	27,26%
Ex-bolsistas		384	21,02%
Profissionais da saúde	Psicólogos(as)	41	2,24%
	Médicos(as) (especialidades diversas)	44	2,41%
	Psiquiatras	106	5,80%
Total de manifestações		1.827	100,00%

Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

Outra característica dos processos analisados foi a concentração na região sudeste, devido às notificações realizadas pelas IES do Estado de MG (161), que somadas às dos Estados de SP (66) e RJ (48), representam mais da metade dos casos analisados (275 de 524). O mapa a seguir indica as quantidades e a variação de cores, conforme maior incidência (sendo os Estados com cores mais escuras os que tiveram maior número de evasão entre os casos disponíveis para a análise).

Figura 3-1 – Composição dos processos de evasão, por Estado.



Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

O total de ocorrências (1.324) é superior ao de bolsistas (524). Como pode ser visualizado na Tabela 3-3, a coluna de ocorrências representa a multiplicação da quantidade de subcategorias encontradas em cada processo multiplicada pelo número de bolsistas. O somatório da porcentagem absoluta de bolsistas com duas ou mais categorias é de 69%, levando ao entendimento de que não houve uma única razão para a evasão.

Tabela 3-3 – Bolsistas e ocorrências dos processos analisados sobre evasão de ex-bolsistas do programa DS/Capes.

Subcategorias no mesmo processo de evasão	Bolsistas	Ocorrências	% absoluta de bolsistas	% absoluta de ocorrências
1	160	160	31%	12%
2	145	290	28%	22%
3	92	276	18%	21%
4	74	296	14%	22%
5	28	140	5%	11%
6	15	90	3%	7%
7	8	56	2%	4%
8	2	16	0%	1%
Total	524	1.324	100%	100%

Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

Dos processos que tiveram apenas um motivo, ficaram distribuídos de acordo com o Quadro 1.3-1. Mantendo a análise descrita no artigo 4.5, a categoria Desempenho/abandono continua sendo a de maior frequência, mas a categoria Prazos aparece em segundo lugar, passando a de Saúde própria.

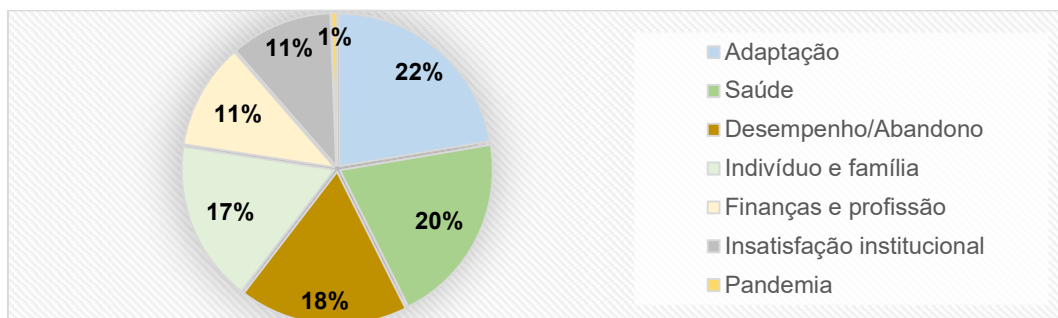
Quadro 1.3-1 – Ocorrências dos processos que tiveram 1 causa de evasão.

Subcategoria	Ocorrências	% absoluta
Pandemia	0	0%
Deslocamento	0	0%
Valor da bolsa de estudo	0	0%
Insatisfação com os(as) professores(as) e colegas de curso	0	0%
Dificuldade Financeira	0	0%
Insatisfação com o(a) orientador(a)	1	1%
Compreensão e/ou posicionamento	1	1%
Saúde de familiar	2	1%
Questões familiares e religiosas	5	3%
Insatisfação com a instituição e/ou curso	8	5%
Incompatibilidade Financeiro/Profissional com o curso	9	6%
Questões pessoais	12	8%
Saúde própria	22	14%
Prazos	33	21%
Desempenho/abandono	67	42%
Total	160	100%

Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

Conforme a Figura 3-2, ao considerar todas as ocorrências (1.324), agregando nas categorias principais, são observados percentuais próximos, com exceção da pandemia, que, possivelmente, aparecerá mais vezes nos futuros processos de evasão.

Figura 3-2 – Distribuição percentual dos motivos de evasão de bolsistas do programa DS/Capes.



Fonte: elaboração própria com dados da DPB/Capes.

Por meio dessas explicações, buscou-se complementar as informações dos artigos 4.4 e 4.5. A seguir, serão copiados os artigos nos formatos enviados às revistas e que, portanto, seguiram as regras definidas por esses periódicos. O 4.1 já foi publicado e, por isso, conta com DOI. O 4.2 foi aprovado, mas está em fase de publicação. O 4.3 e 4.4 apenas foram submetidos. O 4.5 aguarda as sugestões da banca de defesa para submissão.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 ARTIGO 1 – CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES

Características do programa de demanda social da CAPES

Characteristics of the Capes social demand program

Brazilian Journal of Development

DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-140>

Recebimento dos originais: 10/12/2020

Aceitação para publicação: 08/01/2021

Patrícia Reis Paiva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo – Santa Cecília, Porto Alegre/RS, 90035-003
patriciarpaiva@yahoo.com.br

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Professora Doutora do Departamento de Serviço Social

Universidade de Brasília (UnB)

Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, sala B1 519, Brasília/DF, 70910-900
nair.bicalho@gmail.com

Diogo Onofre Gomes de Souza

Professor Doutor do Instituto de Ciências Básicas da Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rua Ramiro Barcelos, 2600-Prédio Anexo – Santa Cecília, Porto Alegre/RS, 90035-003
diogo@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever as principais características do Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DS/Capes), o qual pode ser considerado o maior programa de concessão de bolsas de estudo de mestrado e doutorado *stricto sensu* no Brasil. Para tanto, foi realizada revisão da legislação pertinente, em especial, de duas Diretrizes e Instruções, datadas de 1987 e 1991, e de quatro portarias, publicadas nos anos de 1998, 2000, 2002 e 2010. Na primeira parte do texto, são apresentadas as características mais amplas do programa DS/Capes, por intermédio de seu surgimento, objetivo principal, requisitos para ingresso e relação com a avaliação da Capes. Na segunda, é enfatizada a gestão compartilhada, mediante descrição das atribuições da Capes, da Instituição de Ensino Superior (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, e Comissão de Bolsas DS/Capes) e dos bolsistas. Na terceira, são expostas as normas gerais e operacionais das bolsas de estudo do

programa DS/Capes, tais como critérios de distribuição, situações de revogação, tipos de benefícios, duração, suspensão, manutenção, transformação e mudança de nível, e estágio docência. Recorre-se a esta construção conceitual e histórica do programa DS/Capes, com o propósito de divulgar, aprimorar o conhecimento e fornecer subsídios a outros estudos sobre essa política pública.

Palavras-chave: bolsas de estudo, pós-graduação, Brasil

ABSTRACT

This paper aims to describe the main characteristics of the “Demanda Social” program from Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (DS/Capes), which is considered the biggest Brazilian grant program related to master and doctorate degrees. Therefore, it was made a legislation review of 1987 and 1991’s Guidelines and Statements and 1998, 2000, 2002 and 2010’s ordinances laws. The first section presents the “DS/Capes” general characteristics: its beginning, main goal, access requirements and relation with Capes’ evaluation. The second section emphasizes joint management by describing Capes, Institution of Higher Education and students who received scholarship support’s responsibilities. The third section shows the general and technical rules of DS/Capes program: allocation criteria, revocation cases, grants’ types, duration, pause, maintenance, changing levels and traineeship related to teacher experiences. This conceptual and historical construction intends to spread, upgrade the knowledge, and subside others researches about this public policy.

Keywords: Scholarship, graduation, Brazil

1 O PROGRAMA DS/CAPES: CARACTERÍSTICAS GERAIS

O início do programa DS/Capes é impreciso, pois se confunde com a narrativa dessa fundação pública (BRASIL, 2011a, p. 23). Contudo, ao compilar informações da Resolução nº 58 (BRASIL, 1975), cujo conteúdo aprovou o “Plano de Trabalho para 1976”, discriminando, pela primeira vez, o nome “Demanda Social” dentro de “Bolsas de Estudos” – “País”, e do Relatório Capes de 1976 (BRASIL, 1977), o qual discorre as “chamadas bolsas de ‘Demanda Social’”, pode-se afirmar que a formalização documental desse programa ocorreu em 1976¹⁹. Nesse ano, foram publicadas Normas para Execução dos Programas da Capes (BRASIL, 1976), fornecendo, entre outros, subsídios para bolsas de mestrado e doutorado no país, contendo regras gerais de solicitação, prazo, valor, duração, concessão, renovação e prorrogação.

As primeiras Diretrizes e Instruções relacionadas especificadamente sobre o programa DS/Capes e seu funcionamento correspondem ao ano de 1987 (BRASIL) e de 1991 (BRASIL).

¹⁹ O próprio Relatório de 1976 (BRASIL, 1977) menciona as bolsas de “Demanda Social” como “programa tradicional, há tempos funcionando no Brasil”. Em pesquisa pelos registros do Arquivo Central da Capes, não foi encontrado documento anterior contendo o nome desse programa. Por isso, suspeita-se que, a partir de 1976, ele formalizou o que antes eram bolsas concedidas pontualmente, talvez por demandas de instituições, cursos ou discentes, fato que justificaria o nome.

Sete anos depois, surgiu a primeira legislação específica, a Portaria CAPES nº 17, de 10 de março de 1998 (BRASIL, 1998), a qual foi sucedida pelas Portarias CAPES nº 52, de 26 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), nº 52, de 26 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002), e nº 76, de 14 de abril de 2010 (BRASIL, 2010b).

Este artigo compara, principalmente, esses seis regimentos a fim de identificar a evolução do programa DS/Capes ao longo das últimas décadas. Quando encontrados temas comuns, será referenciada apenas a primeira aparição, considerando sua permanência nas legislações posteriores. Quando for algo pontual de uma legislação, será mencionado no texto.

Na primeira normativa (BRASIL, 1987), o objetivo era fomentar cursos de pós-graduação, visando manter a qualidade daqueles já consolidados e aprimorar os cursos os quais, embora com potencial, ainda não tivessem atingido qualidade desejável. Desde as Diretrizes e Instruções de 1991 (BRASIL), o principal objetivo do programa DS/Capes reforça a formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado, por meio da concessão de bolsas de estudo. Tal objetivo se concretiza pela atuação conjunta da Capes e das Instituições de Ensino Superior (IES), as quais devem manter infraestrutura administrativa responsável pela gerência desse programa (BRASIL, 1987).

Alguns requisitos para ingresso sofreram alterações, como é o caso da restrição a IES com personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito (BRASIL, 2000), pois, nesse ano, as IES com personalidade jurídica de direito privado migraram para o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)²⁰. Outra alteração foi a substituição da celebração de convênios por termo de cooperação (BRASIL, 2010b). Justifica-se essa nova regulamentação dos direitos e obrigações das partes envolvidas, pois, a partir de 2010, todo pagamento mudou para depósito direto na conta bancária dos bolsistas.

A disposição de programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu*²¹ recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da Capes (BRASIL, 1991) corresponde a mais uma exigência de entrada. A partir do regimento de 2000 (BRASIL, 2000), a conexão entre concessão de bolsa, de um lado, e aprovação e avaliação da Capes, de outro, incorporou os PPG de conceito igual ou superior a 3. A partir de 2004, com a criação do Programa de Excelência

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-suporte-a-pos-graduacao-de-instituicoes-de-ensino-particulares-prosup>. Acesso em: 27 set. 2020.

²¹ Embora previsto nas regras de 1991 (BRASIL), o enfoque em “PPG *stricto sensu*” ganhou destaque como objetivo do programa DS/Capes, em regulamento posterior (BRASIL, 1998).

Acadêmica (PROEX)²², PPG avaliados com 6 e 7 começaram a ter tratamento diferenciado. Em 2018 (BRASIL), com a nova sistemática de entrada e permanência, cursos novos aprovados²³ e cursos antigos regulares²⁴ puderam receber e manter bolsas do programa DS, respectivamente. Em 2020 (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b), essa dinâmica mudou novamente, restringindo o apoio a cursos novos depois de um ano de funcionamento e a cursos regulares, a depender do desempenho²⁵.

O último requisito de entrada é a instituição da Comissão de Bolsas DS/ Capes (BRASIL, 1987). Esse colegiado devia ser instaurado em cada PPG apoiado com bolsas do programa DS/Capes e composto por membros do corpo discente e docente²⁶. Possuía outras atribuições, como será detalhado na próxima seção. Contudo, ficou prejudicada, no âmbito federal, a partir de 2019 (BRASIL).

Esses requisitos reforçam o caráter nitidamente institucional do programa DS/Capes (BRASIL, 1987), respeitando a proposição a qual norteia a Capes desde o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1975-1979) (BRASIL, 2011, p. 37). Por isso, desde as primeiras Diretrizes e Instruções (BRASIL, 1987), os candidatos são orientados a obter informações sobre formalização de candidatura diretamente com os cursos e não com a Capes. Depois (BRASIL 2000), essa responsabilidade se tornou da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Para a engrenagem dessa base institucional, são determinadas as atribuições de cada parte, conforme detalhamento a seguir.

2 GESTÃO COMPARTILHADA COMO *MODUS OPERANDI*

O programa DS/Capes funciona em quatro níveis: na Capes, nas IES, por meio das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa ou órgãos equivalentes, nos PPG, pelas Comissões de Bolsa DS/Capes, e nos bolsistas. Em dezembro de 2018, compunham esse programa 145 IES,

²² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 27 set. 2020.

²³ As propostas de cursos novos passaram, após análise, a ser “aprovadas” (A) ou “não aprovadas” (BRASIL, 2018).

²⁴ São regulares cursos de mestrado com nota igual ou superior a 3 e cursos de mestrado e doutorado ou apenas de doutorado com nota igual ou superior a 4 (BRASIL, 2018). Cursos com conceitos inferiores são desativados (*ibidem*).

²⁵ A Portaria nº 34, de 9 março de 2020 (BRASIL, 2020b), veda o fomento a cursos avaliados com 3 nas últimas Avaliações da Capes e estabelece pisos e tetos de bolsas, conforme notas atuais ou histórico dessas notas nas últimas Avaliações da Capes. Para maiores informações, consultar o Art. 8º (*ibidem*).

²⁶ Devia ser constituída por, pelo menos, três membros, sendo o(a) Coordenador do PPG e a representação paritária do corpo docente e discente (BRASIL, 1987). Passou a ser exigida em cada um dos programas de pós-graduação (BRASIL, 1991) em vez de em cada área de concentração (BRASIL, 1987).

2.555 PPG e 53.168 cotas de bolsas, sendo 30.054 no mestrado e 23.114 no doutorado²⁷, em todo o país. A descentralização, por meio da cogestão (BRASIL, 1991), é uma alternativa para a operação dessa política pública.

O regulamento vigente (BRASIL, 2010b) imputa à Capes a definição sobre a concessão de bolsas, observando a disponibilidade orçamentária, o acompanhamento e a avaliação do desempenho desse programa. Essas atribuições estavam previstas em todos os regulamentos anteriores, exceto nas primeiras Diretrizes e Instruções (BRASIL, 1987), as quais simplificavam a atuação da Capes à concessão de recursos (bolsas e outros auxílios) e ao fornecimento de assistência às IES. A partir de 1998 (BRASIL), a Capes podia repassar cota estratégica de recursos para gestão direta pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa para atendimento de necessidades de coordenação e integração dos PPG *stricto sensu*. A definição dessa cota foi incorporada, junto com as cotas de bolsa, às atribuições da Capes (BRASIL, 2000). Após mais de 20 anos dessa ação, essa cota deixou de existir, permanecendo apenas as cotas destinadas aos PPG (BRASIL, 2020^a).

Cabe às IES, através das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa ou unidade equivalente (BRASIL, 1987), garantir o funcionamento da Comissão de Bolsas DS/Capes, enviar documentação necessária à implementação do programa DS/Capes e divulgar internamente comunicados. A partir de 1991 (BRASIL), entram como atribuição: interagir com a Capes para o aperfeiçoamento desse programa e o desenvolvimento da pós-graduação. Em 1998 (BRASIL), são adicionadas as seguintes atribuições: supervisionar as atividades no âmbito da instituição; cientificar que o tempo de estudo somente é computado para fins de aposentadoria se houver contribuição como “contribuinte facultativo”; proceder à apuração de eventuais infrações administrativas e disciplinares, envidando esforços para o ressarcimento ao Erário; e apresentar quaisquer relatórios solicitados pela Capes. Em 2000 (BRASIL, 2000), ingressa a obrigação de restituir integral e imediatamente todos os recursos aplicados sem a observância das normas, procedendo a apuração para cobrança regressiva, quando couber. Em 2010 (BRASIL, 2010b), com o fim dos convênios, a necessidade de prestação de contas é revogada, mas permanece o pagamento dos bolsistas²⁸, quando for o caso, e entra o relatório de cumprimento do objeto. Ainda nesse normativo (*ibidem*), são exigidas às IES, por meio das Pró-Reitorias de Pós-Gra-

²⁷ Informação coletada no Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC). Disponível em: <https://sac.capes.gov.br/sac>. Acesso em: 26 set. 2020.

²⁸ O pagamento dos bolsistas pelas IES é previsto desde 1987 (BRASIL).

duação e Pesquisa: informar casos de ex-bolsistas desligados e de não concluintes de seus cursos, e divulgar amplamente e em diferentes mídias, inclusive em sítio específico do PPG ou da IES, os critérios a serem utilizados na seleção de bolsistas.

A forma de alteração dos dados dos bolsistas foi modificada ao longo do tempo. Eram enviadas, até o dia 5 de cada mês, referente ao mês anterior (BRASIL, 2000), depois, *on-line*, até o dia 15, referente ao próprio mês (BRASIL, 2002; BRASIL, 2010b). Na prática, com a informatização dos sistemas disponibilizados pela Capes²⁹, as Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa respondem direta e majoritariamente por todas as ações relacionadas a cadastro, alteração de dados e cancelamento³⁰ de bolsistas.

Essas ações dependem do encaminhamento de dados por parte dos PPG, os quais, por meio das Comissões de Bolsas DS/Capes, têm a responsabilidade de observar as normas do programa DS/Capes e zelar por seu cumprimento (BRASIL, 1987); examinar solicitações dos candidatos a bolsa (BRASIL, 1991), à luz dos critérios³¹ estabelecidos (BRASIL, 2010b); selecionar bolsistas, priorizando o mérito acadêmico (*ibidem*); e proceder com substituições, a qualquer tempo (BRASIL, 1987). Também devem manter sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico e cumprimento das fases do estudo, apto a fornecer diagnóstico do estágio do trabalho (BRASIL, 1991), e manter arquivo atualizado com informações administrativas individuais dos bolsistas (BRASIL, 1987).

Aos bolsistas é exigida uma série de requisitos para a concessão de bolsa, entre eles, o de ter dedicação integral (*ibidem*), comprovar desempenho acadêmico satisfatório (BRASIL, 2000), realizar estágio docência (*ibidem*), não ser aluno de residência médica (BRASIL, 1987) e ser classificado em processo seletivo (BRASIL, 1998). Fixar residência na cidade onde realiza o curso estava previsto no regulamento de 1998 (*ibidem*) e nas Diretrizes e Instruções de 1987 (BRASIL), que foi derogado em 2000 (BRASIL, 2000), mas retomou como requisito, dez anos depois (BRASIL, 2010b). Deixou-se de exigir tempo mínimo disponível para aposentadoria voluntária e de vetar candidatos aposentados ou em situação equiparada (*ibidem*)³².

²⁹ O Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC) foi substituído pelo Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA), em 2019.

³⁰ O cancelamento pode ocorrer a qualquer tempo pela Comissão de Bolsas DS/Capes, mas deve ser comunicado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (BRASIL, 2000), que o formaliza nos sistemas de bolsa, conforme nota anterior.

³¹ Os critérios para distribuição de bolsas é atribuição das Comissões de Bolsa DS/Capes desde 1987 (BRASIL). Em 1991 (BRASIL) esses critérios deviam levar em conta o mérito acadêmico e as condições socioeconômicas. Desde 2000 (BRASIL), esta última exigência não é mais cobrada.

³² Em 1998 (BRASIL), o candidato devia ter tempo para se aposentar não inferior a 8 anos no doutorado e a 12 anos, no mestrado. Em 2002 (BRASIL), esse limite aumentou para 20 e 24 anos, nos respectivos níveis. A vedação de estar aposentado ou situação equiparada estava prevista no regimento de 1998 (BRASIL).

Caso o candidato à bolsa exerça atividade remunerada dentro³³ ou fora da IES, inclusive como servidor público³⁴, docente ou professor substituto³⁵, deve estar liberado dessa atividade e sem vencimento³⁶ para iniciar o recebimento do benefício do programa DS/Capes (*ibidem*). Se a atividade do candidato for de professor da rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, a remuneração bruta for inferior ao valor da bolsa e houver liberação das atividades, fará jus à complementação financeira, a qual corresponde à diferença entre o valor fixado para a bolsa e o valor desse rendimento (*ibidem*). Na situação na qual o discente já é bolsista e passa a ter uma atividade remunerada, vale o entendimento expresso na Portaria Conjunta Capes/ CNPq nº01/2010 (BRASIL, 2010^a), o qual permite o acúmulo, desde que as atividades estejam relacionadas à área de atuação e sejam de interesse para a formação acadêmica, científica e tecnológica; exista autorização do orientador e ciência da coordenação do PPG; e se registre a informação na Plataforma Sucupira³⁷.

O acúmulo de bolsa é proibido com qualquer modalidade de auxílio³⁸ ou bolsa de outro programa da Capes, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada (BRASIL, 2010b).³⁹ A única exceção para o acúmulo de bolsa é para bolsistas os quais atuem como tutores na Universidade Aberta do Brasil (UAB) (*ibidem*) ou bolsistas de doutorado que adquiram, pelo período de 2 a 6 meses, bolsa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) para realizar estudos referentes a sua tese (BRASIL, 2002).

Essa rede de atribuições entre Capes, IES (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e Comissão de Bolsas DS/ Capes) e bolsistas visa atingir o objetivo central de formar recursos humanos (BRASIL, 1991). Como essa formação depende de recursos finitos, torna-se necessário o estabelecimento de critérios para sua concessão.

³³ A proibição inicial (BRASIL, 1987) abrangia funcionário e servidor (docente, pesquisador ou técnico). Depois (BRASIL, 1998), ampliou para qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de pós-graduação.

³⁴ O regimento de 2010 (BRASIL, 2010b) destacou que apenas servidores públicos estáveis poderiam ser beneficiados com bolsas e deveriam permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao do afastamento concedido.

³⁵ Apenas com a devida anuência do orientador e autorização da Comissão de Bolsas DS/Capes e com atividade remunerada anterior à concessão da bolsa (*ibidem*).

³⁶ O bolsista com vínculo empregatício podia usufruir da bolsa, se comprovasse oficialmente afastamento integral de suas atividades para dedicação exclusiva ao curso (BRASIL, 1987). Depois, esse vínculo empregatício não podia ocorrer na região metropolitana do curso (BRASIL, 1991). Então, foi permitido, desde com liberação da atividade sem vencimento (BRASIL, 1998).

³⁷ Sistema disponibilizado pela Capes para os PPG inserirem informação sobre seus discentes. Substituiu o sistema Coleta Capes, em 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 6 set. 2020.

³⁸ “Qualquer modalidade de auxílio” foi incorporada em 1998 (BRASIL), embora já houvesse vedação ao acúmulo com auxílio de outros programas da Capes e de quaisquer outras instituições e agências (BRASIL, 1987).

³⁹ O não acúmulo com outra bolsa da Capes ou de outra agência de fomento e de organismos internacionais estava previsto desde o primeiro regimento (BRASIL, 1987).

3 BOLSAS DE ESTUDO DO PROGRAMA DS/CAPES: NORMAS GERAIS E OPERACIONAIS

Os critérios para aplicação das bolsas também variaram ao longo das últimas décadas, mas sempre dependeram de disponibilidade orçamentária (BRASIL, 1987). Abrangem: as necessidades de formação mais prementes verificadas no país (BRASIL, 1998), sempre que resultante de diagnóstico e estudos (BRASIL, 2002); a política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela Capes (BRASIL, 2010b); e o desempenho do curso (*ibidem*)⁴⁰. Preveem o recolhimento e a redistribuição visando melhor utilização (*ibidem*)⁴¹. Não exigem mais recomendações colegiadas específicas⁴².

A concessão de bolsa incentivava a produtividade para redução do tempo médio de titulação (BRASIL, 1991). A partir de 1998 (BRASIL), retomou o foco na manutenção integral de alunos (BRASIL, 1987), mas com a diferença do excelente desempenho acadêmico. Em 2020, teve mudanças significativas. O quantitativo, para o período de março de 2020 a fevereiro de 2021, depende do Colégio⁴³, nível (mestrado ou doutorado) e nota na Avaliação Quadrienal de 2017 (2020a). Esse quantitativo sofre adaptações de acordo com o Fator Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) e o Fator Titulação Média do Curso (TMC), no período de 2016 a 2018 (*ibidem*). Por fim, existem os pisos (para perdas) e os tetos (para ganhos), revisados pela Portaria nº 34, de 9 de março de 2020 (BRASIL, 2020b). Devido ao impacto em cursos novos e com conceito 3 e 4, houve manifestação da academia, na grande mídia, frente às novas regras, cuja prioridade parece ser a recompensa pelo desempenho adquirido em vez do incentivo por resultados melhores.

Há busca por resultados quando há enfoque na titulação dos bolsistas. A partir do regulamento de 2010 (BRASIL, 2010b), a não conclusão do curso acarretou a obrigação de restituir todos os valores despendidos com a bolsa, salvo se motivada por caso fortuito, força maior,

⁴⁰ Inicialmente, era considerado o número de titulados e de matrículas novas (BRASIL, 1987). Entre 1991 e 2010 (BRASIL, 1991; BRASIL, 2002), era considerado o desempenho dos bolsistas, especificado pelo tempo médio de titulação (BRASIL, 2000), o qual foi revogado em 2010 (BRASIL, 2010b). Em relação ao curso, além do desempenho (BRASIL, 1987), são consideradas: característica (BRASIL, 1991), dimensão (*ibidem*) e localização (BRASIL, 2010b).

⁴¹ As Diretrizes e Instruções de 1987 (BRASIL) e 1991 (BRASIL) consideravam, para a concessão, o número de bolsas utilizadas.

⁴² Valiam as recomendações do Grupo Técnico Consultivo (BRASIL, 1991) e do Conselho Técnico-Científico da Capes (BRASIL, 1987; BRASIL, 1991), depois de órgãos colegiados da Capes (BRASIL, 1998) e, por fim, do Conselho Técnico-Científico, acolhidas pela Diretoria da Capes (BRASIL, 2000). Em 2002 (BRASIL), foram revogadas.

⁴³ São três: Colégio de Ciências da Vida; Colégio de Humanidades; e Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Para maiores informações, consultar <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 27 set. 2020.

circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada⁴⁴. No regulamento de 2000 (BRASIL, 2000), previa-se que os recursos aplicados deveriam ocorrer, preferencialmente, através da absorção do pessoal qualificado na IES, mas essa exigência não foi recepcionada pelos regulamentos seguintes.

Para além dos resultados ou desempenho, a revogação da concessão de bolsa pode acontecer, se apurada omissão na percepção de rendimentos, quando exigida (BRASIL, 2000); declaração falsa da inexistência de apoio por outra agência; ou outra fraude praticada pelo bolsista (BRASIL, 1998). Quando identificada inobservância às regras do regulamento, deve ser feita imediata interrupção dos repasses⁴⁵ (BRASIL, 2000); restituição dos recursos⁴⁶ (BRASIL, 1998); e bloqueio nos sistemas da Capes para recebimento de benefícios por 5 anos⁴⁷ (BRASIL, 2000), sem exclusão de demais ações administrativas, cíveis e penais (BRASIL, 2010b).

As bolsas do programa DS/Capes possuem outras normas gerais e operacionais, como tipo de benefício, duração máxima, casos de suspensão ou manutenção, possibilidade de mudança e transformação de nível e exigência de estágio docência.

Os tipos de benefício são mensalidade de bolsa (BRASIL, 1991) e mensalidade complementar de bolsa⁴⁸ (BRASIL, 1998). Inicialmente, os valores de mensalidade de bolsa eram comunicados pela Capes às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa (BRASIL, 1987), depois, seguiam proporção em relação ao salário de Professor Assistente I e Professor Auxiliar I (BRASIL, 1991), então foram regulamentados por portarias específicas⁴⁹. As mensalidades se destinam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento (*ibidem*). Outros benefícios foram utilizados, mas extintos, ao longo do período, como é o caso do auxílio tese, auxílio seguro-saúde, taxas escolares e acadêmicas⁵⁰

As bolsas do programa DS/Capes não têm prazo mínimo, mas, geralmente, são concedidas pelo período de 12 meses, podendo ser renovadas até atingir 24⁵¹ meses no mestrado e 48 no doutorado, a depender da recomendação da Comissão de Bolsas DS/Capes, sustentada na

⁴⁴ Há liberação da restituição se a situação for aprovada pela Diretoria Colegiada da Capes (BRASIL, 2010b).

⁴⁵ Bem como retirada da cota de bolsa utilizada irregularmente (BRASIL, 2000). Em dispositivo anterior (BRASIL, 1987), a inobservância às regras implicava suspensão do convênio.

⁴⁶ A infringência à disposição do regulamento previa o ressarcimento por parte do bolsista (BRASIL, 1998).

⁴⁷ Os 5 anos de impedimento passam a contar a partir do “conhecimento do fato” (BRASIL, 2002).

⁴⁸ Corresponde à diferença entre o valor da mensalidade de bolsa e o valor fixado de professor da rede pública de ensino básico ou de profissional da área de saúde coletiva (BRASIL, 2010b), conforme explicado nas atribuições dos bolsistas.

⁴⁹ Os valores atuais das bolsas de mestrado e doutorado são, respectivamente, R\$1.500,00 e R\$2.200,00 (BRASIL, 2013).

⁵⁰ As taxas correspondiam ao apoio financeiro a cursos que mantinham bolsistas da Capes. As taxas acadêmicas e escolares eram pagas a instituições públicas e privadas, respectivamente (BRASIL, 1996).

⁵¹ A duração máxima permitida no mestrado era de 36 (BRASIL, 1987), depois de 30 meses (BRASIL, 1991).

avaliação do desempenho acadêmico e na continuidade das condições pessoais do bolsista que ensejaram a concessão inicial (BRASIL, 1998). Para esse prazo máximo, também devem ser consideradas parcelas recebidas anteriormente, no mesmo nível, advindas de outro programa da Capes ou de demais agências (BRASIL, 1987). Esses limites são improrrogáveis e sua extrapolção constitui causa para redução das cotas, na proporção das infrações apuradas, sem prejuízo da repetição do indébito e demais medidas cabíveis (BRASIL, 1998).

A interrupção temporária é permitida e pode ocorrer no caso de doença grave, pelo período de até 6 meses (BRASIL, 1991). O bolsista não recebe durante o afastamento, porém tem direito a prorrogação, pelo mesmo tempo, quando retoma os estudos (BRASIL, 2002). Outra situação de suspensão é o estágio no exterior com outra bolsa (BRASIL, 1991)⁵², contudo, sem direito à prorrogação após o retorno (BRASIL, 2002). Em todas essas situações, é vedada a substituição durante a suspensão da bolsa (BRASIL, 1998).

Além disso, estão previstas três situações as quais garantem a manutenção da bolsa, sem necessidade de suspensão. As bolsistas as quais comprovem afastamento por motivo de parto e aleitamento permanecem com a bolsa e podem ter até 4 meses de prorrogação⁵³ (BRASIL, 2011b). Continuam com a bolsa todos os bolsistas com pretensão de realizar estágio em instituição nacional (BRASIL, 2000) ou de coletar dados no país ou fora, desde que a necessidade seja reconhecida pela Comissão de Bolsas DS/Capes e ocorra por até 6 meses no mestrado e 12 no doutorado (BRASIL, 1998)⁵⁴. Bolsistas que se afastam com bolsa DAAD (BRASIL, 2002) também mantêm a bolsa do programa DS/Capes, conforme mencionado anteriormente.

Bolsistas de mestrado da Capes pelo período ininterrupto de 12 meses com desempenho acadêmico excepcional até o 18º mês de início do curso e autorização do colegiado do PPG podem ser contemplados com uma bolsa de doutorado, por meio de mudança de nível (BRASIL, 2010b). Antes, o bolsista de mestrado com recomendação para ingresso no doutorado, não poderia ter duração de bolsa superior a 54 meses, considerando ambos os níveis (BRASIL, 2000). Depois (BRASIL, 2002), o tempo máximo aumentou para 60 meses. Atualmente (BRASIL, 2010b) não há limitação, contudo, ao se considerar a regra de estar matriculado há no

⁵² Por até 12 meses (BRASIL, 1998) e, depois, por até 18 meses (BRASIL, 2000). Por até 6 meses para o mestrado e 12 meses para o doutorado, com bolsa do programa PROCAD/Capes (BRASIL, 2002). Em 2010 (BRASIL, 2010b), voltam os 18 meses e estende a suspensão para qualquer bolsa da Capes ou de outra agência.

⁵³ O direito foi ampliado para bolsistas adotantes, conforme Lei nº 13.536 (BRASIL, 2017). Antes valia a suspensão por 6 meses, sem (BRASIL, 1991) e com prorrogação (BRASIL, 2002) pelo mesmo período de afastamento.

⁵⁴ A coleta de dados em outra localidade, a critério da Comissão de Bolsas DS/Capes era possível se o bolsista permanecesse em dedicação exclusiva aos trabalhos da dissertação/tese e obedecido o prazo máximo de um semestre (BRASIL, 1987).

máximo 18 meses, não é possível receber valor superior ao somatório de 18 e 48 parcelas, o qual totaliza 66 mensalidades.

O bolsista precisa defender a dissertação em 3 meses e há limitação anual de 20% do total de cotas do PPG, limitado ao máximo de 3 promoções anuais (*ibidem*). Nem sempre a mudança de nível implicou em transformação da bolsa de mestrado para o doutorado (*ibidem*). Antes, dependia de recursos disponíveis no convênio vigente (BRASIL, 1987), não havia concessão automática de bolsa (BRASIL, 1991) e, de 2002 (BRASIL) até antes da publicação do regulamento atual, a bolsa de mestrado permanecia no PPG e era concedida uma bolsa empréstimo de doutorado para o beneficiário da mudança de nível.

Outra forma de ampliar o número de bolsas do doutorado, mas sem estar atrelado a determinado bolsista, é a transformação de bolsas de mestrado, na proporção de 3 para 2 de doutorado, repercutindo na concessão de exercícios posteriores (BRASIL, 1998)⁵⁵. Autorização dependia do desempenho do curso⁵⁶ e adequado nível de titulação (*ibidem*), mas, a partir de 2010 (BRASIL, 2010b), essas exigências não foram mais cobradas.

O estágio docência estava previsto nos requisitos para concessão de bolsa, com duração mínima de 1 e 2 semestres para o mestrado e para o doutorado, respectivamente (BRASIL, 2000). Dois anos depois, ganha maior detalhamento, com uma seção à parte, no regulamento do programa DS/Capes (BRASIL, 2002). É parte integrante da formação do pós-graduando, objetiva preparar para a docência e qualificar o ensino de graduação e, por isso, é obrigatório para todos os bolsistas (*ibidem*). Os critérios são (*ibidem*): obrigatoriedade restrita ao doutorado, quando o PPG tiver os 2 níveis; obrigatoriedade para PPG com apenas mestrado; associação com outras IES naquelas IES que não possuam curso de graduação; possibilidade de estágio remunerado, independente da carga, a critério da IES (BRASIL, 2010b); registro, avaliação, definição da supervisão e do acompanhamento pela Comissão de Bolsas DS/Capes; dispensa do estágio para docente de ensino superior que comprove essa atividade; compatibilidade da atividade com a área de pesquisa; e carga horária máxima de 4 horas semanais (*ibidem*). Apenas discentes com tempo suficiente para a realização do estágio docência devem ser apoiados com bolsas DS/Capes (*ibidem*).

⁵⁵ As Diretrizes e Instruções de 1991 (BRASIL) não previam transformação de nível, mas as de 1987 (BRASIL), sim, no mesmo ou em outro curso, respeitada a disponibilidade de recursos do convênio vigente.

⁵⁶ O curso de doutorado deveria ter conceito “A” ou “B” (BRASIL, 1991) e “3” ou “superior”, a partir de 2000 (BRASIL, 2000).

4 CONCLUSÕES

O programa DS/Capes trata do maior programa de apoio à formação qualificada de pessoal, através da concessão de bolsas de mestrado e doutorado, no país. É interessante notar que, mesmo com sua dimensão e longevidade, não houve um marco legal claro. Contudo, por meio de registros documentais, foi possível resgatar parte da trajetória desse programa. Ele se formalizou em 1976 e, em 1986, obteve as primeiras Diretrizes e Instruções, as quais foram atualizadas, em 1991. Então, vieram as portarias cujo teor regulamentou esse programa, nos anos de 1998, 2000, 2002 e 2010. Outras normativas o influenciaram direta ou indiretamente, como foi o caso das mais recentes portarias de 2020, sobre critérios de distribuição de bolsas.

O caráter essencialmente institucional e o objetivo principal de formar recursos humanos em nível de mestrado e doutorado se mantiveram inalterados, mas os requisitos para ingresso foram modificados, restringindo o acesso a IES de direito público e ensino gratuito. Os convênios foram substituídos por termos de cooperação e o apoio passou, cada vez mais, a ter conexão com os resultados do Sistema de Avaliação da Capes.

A operacionalização dessa política pública exige uma gestão compartilhada. Por isso, há um detalhamento das atribuições de cada ator: Capes, IES (por meio das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa e Comissão de Bolsas DS/Capes) e bolsistas. As normas gerais das bolsas tiveram mais espaço que as seções anteriores, pois informam sobre a concessão e outras características, como: tipos de benefícios, duração, suspensão, manutenção, mudança e transformação de nível, e estágio docência. Informalmente, as regras do programa DS/Capes norteiam outras bolsas dentro e fora da Capes, bem como outros discentes não bolsistas.

Por meio da descrição apresentada, pode-se observar o histórico de permanências e mudanças, as quais demonstram solidez temporal dessa política, e, ao mesmo tempo, adaptação frente a novos entendimentos sociais e acadêmicos. Espera-se, a partir dessas reflexões, ter colaborado com melhor entendimento e com futuros trabalhos sobre o programa DS/Capes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Edição extra, p. 5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13536.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Capes 60 anos**: Seis décadas de evolução da pós-graduação. Revista Comemorativa, Brasília, DF, jul., 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ministério da Ciência e Tecnologia (C&T). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria Conjunta Capes/ CNPq n. 1, de 15 de julho de 2010a. Dispõe sobre complementação financeira de bolsistas da Capes e do CNPq. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 2010. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25243. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ministério da Ciência e Tecnologia (C&T). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria Conjunta Capes e CNPq n. 1, de 28 de março de 2013. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas de estudo no país. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=558>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Normas para execução dos programas da Capes. Brasília, DF, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 17, de 10 de março de 1998. Aprova o regulamento do Programa de Demanda Social constante do anexo a esta Portaria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 abr. 1998. Seção 1, p. 28.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 20, de 20 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre os critérios de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS), referente ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 fev. 2020a. Seção 1, p. 37. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3284#anchor>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 34, de 9 de março de 2020. Dispõe sobre os critérios as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 mar. 2020b. Seção 1, p. 45. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443#anchor>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 52, de 26 de maio de 2000. Aprova o regulamento do Programa de Demanda Social constante do anexo a esta Portaria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2000. Seção 1, p. 30-31. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=4143#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 52, de 26 de setembro de 2002. Aprova o regulamento do Programa de Demanda Social constante do anexo a esta Portaria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 set. 2002. Seção 1, p. 25-26. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=779#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 74, de 10 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a concessão das Taxas Acadêmicas e Escolares às Instituições de ensino superior que mantenham pós-graduandos contemplados com bolsa de estudo da Capes. Boletim de Serviço n. 12, de 31 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 76, de 14 de abril de 2010. Aprova o novo regulamento do Programa de Demanda Social constante do anexo a esta Portaria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 2010b. Seção 1, p. 31-31. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=741#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 182, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 ago. 2018. Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1022#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 248, de 19 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a adequação das normas de concessão de bolsas de estudo à proteção conferida por Lei às mulheres, em função da maternidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2011b. Seção 1, p. 21. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3884#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Programa de Demanda Social: Diretrizes e Instruções** – 1987/1988. Brasília, DF, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Programa de Demanda Social: Diretrizes e Instruções**. Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório Capes de 1976**, Brasília, DF, jun. 1977.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Resolução nº 58**, de 30 de dezembro de 1975. Brasília, DF, dez. 1975.

4.2 ARTIGO 2 - O PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

O Programa de Demanda Social da Capes no contexto da pós-graduação brasileira

The Capes Demanda Social Program concerning graduation environment.

Le programme “Demanda Social” de la “Capes” dans le contexte des masters et doctorats brésiliens.

Aprovado em 30/12/2020

Revista Educação e Políticas em Debate

Patrícia Reis Paiva⁵⁷

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nair Heloisa Bicalho de Sousa⁵⁸

Universidade de Brasília

Diogo Onofre Gomes de Souza⁵⁹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O DS/Capes é o maior programa de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu* acadêmico do Brasil. Em 2018, atendia 145 instituições de ensino superior públicas, 2.555 programas de pós-graduação e 53.168 cotas de bolsa. Este artigo busca propagar essa política pública por meio de sua descrição histórica, que se formalizou em 1976 e chegou a quadruplicar de tamanho. Para tanto, revisitou a legislação que dispôs sobre a concepção e as alterações dele, da Capes e da pós-graduação brasileira, de 1951 a 2019. Conclui-se que, apesar de oscila-

⁵⁷ Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* patriciarpaiva82@gmail.com. *Lattes:* <https://lattes.cnpq.br/0737170964136460>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5338-7286>.

⁵⁸ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* nair.bicalho@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0737170964136460>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-8268-7210>.

⁵⁹ Doutor em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* diogo@ufrgs.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9534019126486839>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-4322-0404>.

ções decorrentes de fatores econômicos e político-estratégicos, se manteve, conservou sua representatividade entre outros programas e demonstrou ser bem-sucedido em seu objetivo de formar recursos humanos de alto nível de diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Demanda Social. Políticas Públicas. Ensino Superior. Mestrado. Doutorado.

Abstract: The “DS/Capes” is the biggest Brazilian grant program related to master and doctorate degrees. In 2018, attended 145 public higher education institutions, 2.555 graduate programs and 53.168 scholarships. This paper aims to disseminate this public policy by describing its history, which formally begun in 1976 and reached four times its size. Therefore, revisited the legislation about the conception and changes of this program, “Capes” and Brazilian graduation, from 1951 to 2019. In conclusion, despite of oscillation resulting from economic and strategic political factors, it remained firm, preserved its representation among other programs and succeed its central purpose which is to form high quality of human resources in different knowledge areas.

Keywords: Demanda Social. Public Policy. Higher Education. Masters. Doctorate degree.

Résumé: Le programme DS/Capes est le plus grand programme de bourses de masters et de doctorats académiques au Brésil. En 2018, il a bénéficié 145 établissements publics d'enseignement supérieur et 2555 programmes d'études supérieures (masters et doctorats) avec 53.168 quotas de bourses. Cet article vise à propager cette politique publique à travers de sa description historique, qui a été officialisée en 1976 et a quadruplé de taille. À cette fin, il a revisité la législation qui prévoyait sa conception et aussi la évolution du programme, de la Capes e des courses de master et de doctorat brésiliennes de 1951 à 2019. Il est conclu que, malgré les oscillations résultant de facteurs économiques et politique-stratégiques, il a conservé sa représentativité parmi d'autres programmes et s'est avéré être un succès dans son objectif de former des personelles de haut niveau issues de différents domaines de connaissances.

Mots clés: Le programme “Demanda Social”. Politique publique. Études supérieures. Master. Doctorat.

Introdução

Em momentos de restrição orçamentária, como o que se instaurou após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), a qual estabeleceu o Novo Regime Fiscal e limitou o teto de gastos sociais federais até 2036, faz-se ainda

mais necessário analisar as políticas públicas existentes para, então, defender sua permanência ou aprimoramento.

Ahlert (2003, p. 130) apresenta as políticas públicas como “ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais”. Também as classifica enquanto resultado do “jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos” (Ibid.). No campo das políticas públicas educacionais, ocorre a mesma disputa e interação.

Este trabalho se debruça sobre uma política específica de concessão de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu*: o Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DS/Capes). O objetivo é colocar esse, que é o maior Programa com essas características, no centro do debate, a fim de demonstrar sua importância no contexto da pós-graduação brasileira. Em dezembro de 2018, estava atendendo 145 instituições de ensino superior públicas e gratuitas, 2.555 programas de pós-graduação avaliados com notas entre 3 e 5, e 53.168 cotas de bolsas, sendo 30.054 no mestrado e 23.114 no doutorado.

Por tratar de artigo histórico, o método utilizado é, essencialmente, de revisão documental relativa ao Programa DS/Capes, à Capes e à pós-graduação brasileira. Resgatou-se a legislação pertinente, de 1951 a 2019, tais como decretos, leis, pareceres, relatórios e resoluções. Os gráficos contendo informações sobre o Programa DS/Capes foram elaborados por meio de consulta ao Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes) e do cruzamento de dados do Coleta Capes (2010 a 2012), da Plataforma Sucupira (2013 a 2018) e do Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC) (2010 a 2018).

Para compreender esse programa, o qual forma profissionais e pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento, em todo o país, serão mostrados seu alcance e trajetória decorrente do desenvolvimento da pós-graduação brasileira e da concessão de bolsas de estudo pela Capes. Por meio dessa descrição, que finda no ano de 2018, espera-se propagar essa política pública de educação superior, que se adaptou, mesmo frente a mudanças econômicas e político-estratégicas.

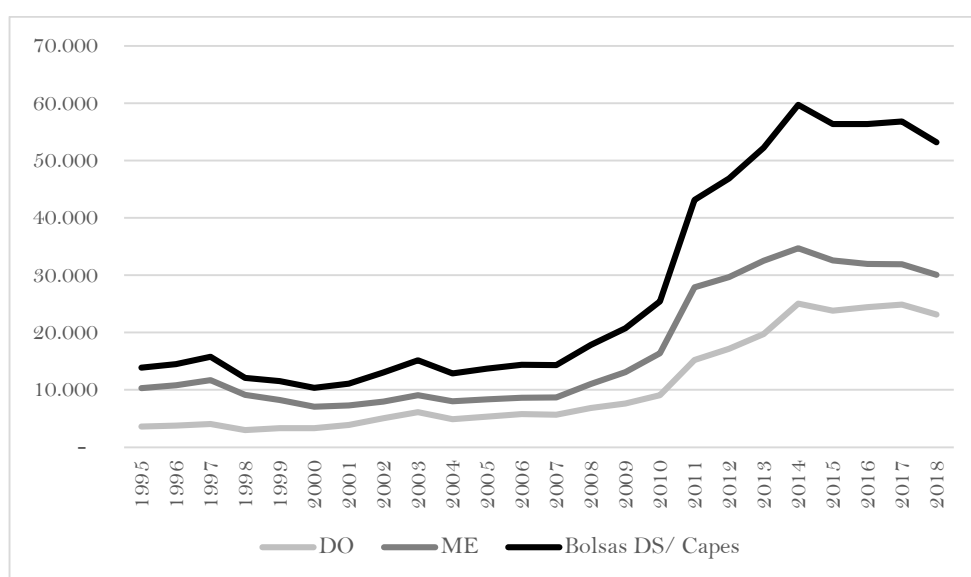
O Programa DS/Capes

O Programa DS/Capes tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível no país. Para tanto, celebra acordo com instituições de ensino superior (IES) públicas e de ensino gratuito que mantenham programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* aprovados ou

avaliados com notas entre 3 e 5⁶⁰. Desse modo, reforça o acesso ao ensino superior e a qualificação de futuros profissionais, de forma a colaborar com uma saída da condição de pobreza e com uma diminuição das desigualdades sociais (YANNOULAS; GARCIA, 2017).

Esse programa passou por oscilações desde o registro oficial dos dados, a partir de 1995, de acordo informações extraídas do Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes)⁶¹ e sintetizadas na Figura 4.2-1.

Figura 4.2-1 – Quantidade de cotas de bolsa concedidas no Programa DS/Capes, entre os anos de 1995 e 2018.



Fonte: Informação adaptada de dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes).

Ao longo desse período, a variação na quantidade de cotas de bolsa concedidas ocorreu tanto por fatores econômicos quanto por fatores político-estratégicos para a formação de novos programas ou incorporação de cotas de programas extintos ou advindas de concessões adicionais. Em relação à primeira queda, entre 1997 e 2000, no mês de novembro daquele ano, foram publicados os Decretos nº 2.370 e 2.401 (BRASIL, 1997a, 1997b), os quais previam medidas de ajuste fiscal. As despesas com manutenção, renovação ou concessão de novas bolsas referentes ao ano de 1998 não poderiam ultrapassar 90% dos gastos realizados no ano anterior. Então, as cotas de bolsa do Programa DS/Capes que, em 1997, eram 15.742, chegaram a

⁶⁰ Desde 1998, os PPG são avaliados periodicamente e classificados com notas entre 1 e 7 (BRASIL, 2011a, p. 32).

⁶¹ Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 9 out. 2020.

12.068, em 1998. As cotas continuaram caindo nos anos seguintes, atingindo 11.522 e 10.394, em 1999 e 2000, respectivamente.

Ainda no ano 2000, parte do público abrangido pelo Programa DS/Capes ganhou destaque e passou a ser tratado separadamente. As IES privadas, então, migraram para o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)⁶². Desse modo, de 1999 para 2000, a concessão de cotas do programa DS/Capes caiu ao passo que a do PROSUP iniciou com 1.730. Fato semelhante aconteceu com os PPG avaliados com notas entre 6 e 7, em 2004, com a formação do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)⁶³. A transição para o PROEX foi marcada com concessão inicial de 3.846 cotas, paralela à redução de 15.150 para 12.854 das cotas do Programa DS/Capes, entre os anos de 2003 e 2004.

A partir de 2004, com exceção da suave queda entre 2006 e 2007, o cenário mudou. A Lei Orçamentária Anual mais créditos para bolsas no país quase sextuplicou, de R\$384.726.818,00, em 2004, para R\$2.302.458.091,00, em 2014, conforme Tabela 4.2-1. Esse aumento repercutiu no apoio de outros programas específicos, como será mencionado na última seção.

Tabela 4.2-1 – Evolução das dotações orçamentárias previstas para a Capes, bolsas de estudo e bolsas no país, no período de 2004 a 2018.

(continua)

Ano	Dotação total da Capes (R\$)	Dotação de bolsas de estudo (R\$)	Dotação de bolsas no país (R\$)
2004	579.474.551,00	485.945.802,00	384.726.818,00
2005	677.458.680,00	550.327.273,00	401.640.791,00
2006	750.956.994,00	600.197.811,00	453.860.640,00
2007	833.479.174,00	659.202.722,00	477.478.949,00
2008	1.275.548.817,00	872.224.111,00	569.316.507,00
2009	1.927.926.074,00	1.343.855.772,00	789.667.384,00
2010	2.591.938.210,00	1.808.770.166,00	868.801.241,00
2011	3.036.937.415,00	1.808.770.166,00	1.158.452.243,00
2012	3.891.578.913,00	2.953.942.256,00	1.655.517.621,00

⁶² Para maiores informações: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-suporte-a-pos-graduacao-de-instituicoes-de-ensino-particulares-prosup>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁶³ Para maiores informações: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 14 out. 2020.

(continuação)

Ano	Dotação total da Capes (R\$)	Dotação de bolsas de estudo (R\$)	Dotação de bolsas no país (R\$)
2013	5.301.022.392,00	4.389.519.469,00	2.128.625.521,00
2014	6.073.808.814,00	5.183.415.048,00	2.302.458.091,00
2015	7.433.665.299,00	6.624.625.944,00	2.210.295.672,00
2016	5.904.999.740,00	5.034.440.884,00	2.408.027.763,00
2017	4.959.308.757,00	3.976.221.281,00	2.661.546.983,00
2018	3.844.645.259,00	3.042.039.931,00	2.055.156.792,00

Fonte: Informação adaptada da Lei Orçamentária Anual (LOA) mais créditos⁶⁴.

Uma das atribuições da Capes é definir a concessão anual de bolsas, em observação à disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação. Essa concessão depende da previsão orçamentária, para o ano seguinte, estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Salvador e Teixeira (2014, p. 17), “os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas”. Tratam de decisão político-estratégica, fruto de disputa por recursos.

O aumento da dotação orçamentária, no período de 2004 a 2014, impactou diretamente as bolsas do programa DS/Capes, que mais que quadruplicaram (de 12.854 para 59.770). Esse crescimento se intensificou entre os anos de 2010 e 2011, quando a concessão mudou de 25.423 para 43.102 bolsas, devido ao aumento de recursos e a outra série de ações. A primeira delas foi a migração de bolsas do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF)⁶⁵, extinto em 2011, por meio da Portaria nº 215 (BRASIL, 2011b). No ano anterior (2010), o quantitativo de cotas de bolsas desse programa era de 8.412. A segunda ação também correspondeu à migração, mas devido à descontinuidade do Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁶⁶. Esse programa iniciou a concessão de bolsas em 2008 e a finalizou em 2012. A partir de janeiro de 2013, as cotas de bolsa canceladas por motivo de titulação ou término de vigência passaram a ser atendidas pelos programas DS/Capes ou PROEX, a depender da nota do PPG.

⁶⁴ “Orçamento – Evolução em reais”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/orcamento-evolucao-em-reais>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁶⁵ Programa que concedia bolsas de mestrado e doutorado a 12 instituições federais de ensino superior.

⁶⁶ Programa que buscava ampliar o acesso e a permanência no ensino superior. No âmbito da Capes, concedia bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para maiores informações, ver relatórios de gestão, separados por ano, em Processos de Contas Anuais, disponíveis em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/prestacao-de-contas-anuais>. Acesso em: 14 out. 2020.

Outras ações que colaboraram para o aumento de cotas do programa DS/Capes foram as iniciativas relativas a concessões adicionais. A mais expressiva aconteceu com o Bolsa Para Todos (BPT), que concedeu, entre os anos de 2009 a 2011, cerca de 19.000 bolsas de mestrado e doutorado a IES atendidas pelos programas DS/Capes e PROF, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, entre 2009 e 2011, visando corrigir assimetrias regionais⁶⁷. A partir de 2011, jovens medalhados nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) puderam ganhar uma bolsa de mestrado ou doutorado no Programa DS/Capes devido ao acordo firmado entre a Capes e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), que formou o Programa de Iniciação Científica e Mestrado (PICME)⁶⁸. Além disso, de 2013 a 2018, passou-se a conceder 2 cotas de mestrado e 4 de doutorado para cursos novos em funcionamento⁶⁹.

Existiram outras concessões adicionais pontuais, entre elas, no período de abril de 2013 a abril de 2015, PPG que enviassem discentes para realização de estágio no exterior por um período mínimo de 9 meses recebiam concessão de bolsas de doutorado, visando estimular a internacionalização⁷⁰. Por fim, entre 2012 e 2014, foram concedidas cotas adicionais com base na utilização de cotas pelos PPG, priorizando o doutorado e cursos em fase de consolidação (criados a partir de 2011), conforme relatórios de gestão.

De 2014 para 2015, as bolsas do Programa DS/Capes decresceram de 59.770 para 56.354, mesmo com a manutenção de algumas iniciativas citadas, tais como incorporação progressiva de bolsas Reuni, PICME, cotas a cursos novos e bolsas para incentivo à internacionalização. Nota-se também um aumento tanto na dotação orçamentária total da agência (de R\$6.073.808.814,00 para R\$7.433.665.299,00) quanto nas bolsas de estudo (de R\$5.183.415.048,00 para R\$6.624.625.944,00), conforme dados da Tabela 1. O decréscimo pode ser explicado pela concentração dos recursos no Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF)⁷¹, que teve um incremento de R\$1.383.745.040,00, nesses anos.

Já de 2015 a 2017, ainda de acordo com dados da Tabela 1, houve uma leve retomada no crescimento do número de bolsas do Programa DS/Capes (de 56.354 para 56.379 e 56.804), mesmo com queda da dotação orçamentária de bolsas de estudo (de R\$6.624.625.944,00 para R\$5.034.400.884,00 e R\$3.976.221.281,00). Nesse período, as bolsas no país foram priorizadas, subindo a previsão de R\$2.210.295.672,00 para R\$2.408.027.763,00 e R\$2.661.246.983,00. Em

⁶⁷ Para maiores informações, ver relatórios de gestão, conforme nota nº10.

⁶⁸ Id.

⁶⁹ Id.

⁷⁰ Id.

⁷¹ Para maiores informações: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 14 de out. 2020.

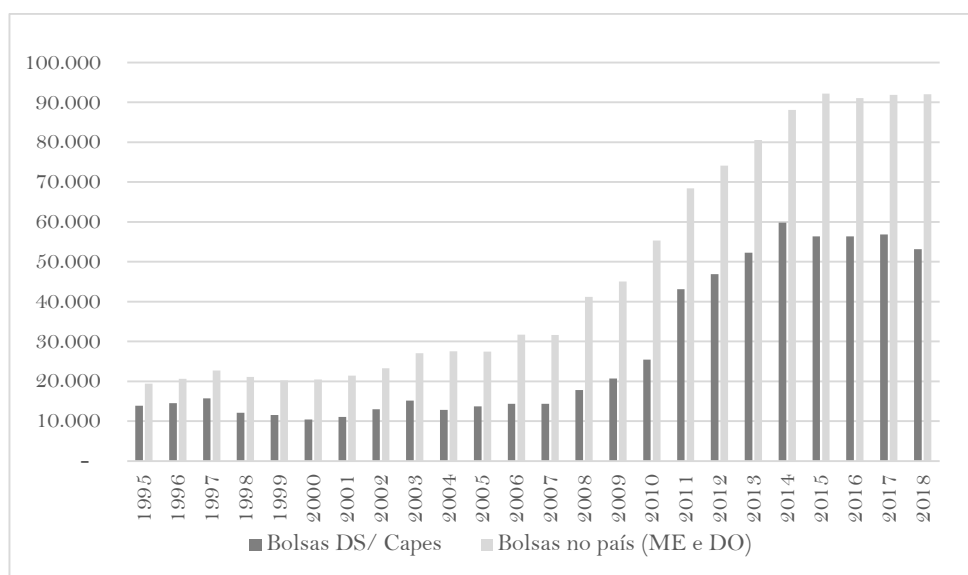
2018, a redução da dotação total da Capes ocasionou redução da dotação de bolsas de estudo e, por consequência, de bolsas de estudo no país. De 2017 para 2018, a concessão do programa DS/Capes caiu de 56.804 para 53.168.

A tendência é que esse quantitativo reduza ainda mais, principalmente devido ao Novo Regime Fiscal, cuja aplicação para a educação e a saúde passou a vigorar em 2018, com o orçamento base do ano de 2017. A EC nº95/2016 impacta diretamente a educação superior ao fixar gastos, que serão atualizados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior. Com isso, a manutenção da estrutura educacional deve ser prejudicada (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018; DUTRA; BRISOLLA, 2020).

Os fatores econômicos e político-estratégicos não foram os únicos que influenciaram as oscilações e o alcance do Programa DS/Capes. Poderia ser feita, por exemplo, uma análise detalhada sobre as últimas avaliações e os PPG que perderam bolsa desse programa por terem sido descredenciados ou terem melhorado de conceito (6 ou 7). Importa frisar que, dos últimos 23 anos, 16 foram de crescimento. No geral, o Programa DS/Capes cresceu de tamanho, atingindo 53.168 bolsas, em 2018. Em 1995, essas cotas correspondiam a 71,48% das 19.425 bolsas de mestrado e doutorado concedidas por essa agência. Essa representatividade caiu até 2010, quando chegou a 45,97%, mas retomou, no ano seguinte, com 63,04%. Em 2018, finalizou com 57,77%. A comparação entre o número de bolsas do Programa DS/Capes e demais programas de bolsa de mestrado e doutorado no país⁷² dessa agência, no período entre 1995 e 2018, pode ser conferida na Figura 4.2-2.

⁷² Referentes às bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/Capes).

Figura 4.2-2 – Comparação entre a quantidade de cotas concedidas pelo Programa DS/Capes e outros programas no país da agência entre os anos de 1995 e 2018.



Fonte: Informação adaptada de dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes).

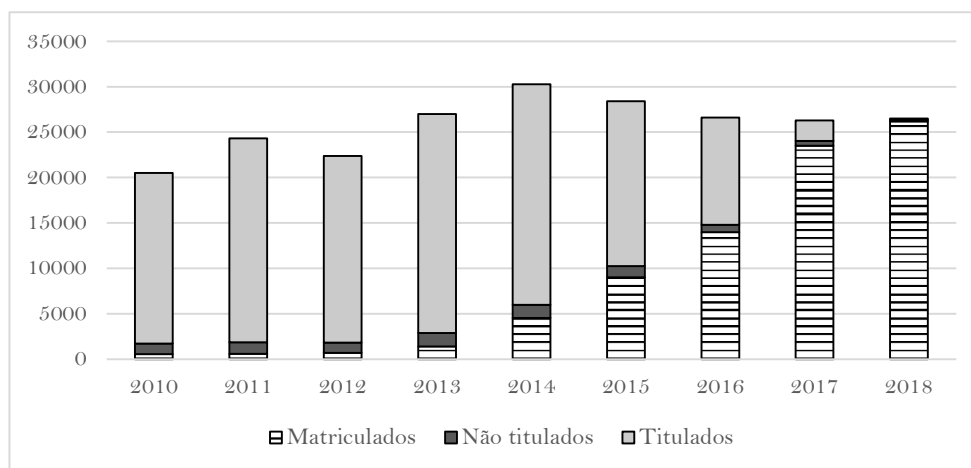
Esse alcance se torna mais relevante quando comparado com o número de titulados do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) propôs, para o período de 2014-2024, a elevação gradativa do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores. A meta 14 do PNE não está longe de ser plenamente alcançada. Em 2017, se titularam 50.306 no mestrado acadêmico e 10.841 no mestrado profissional, totalizando 61.147 nesse nível. Em 2018, esses números subiram para 51.610, 12.822 e 64.432, nessa ordem. Nesse mesmo ano, titularam-se 22.894 no doutorado acadêmico e 7 no doutorado profissional, totalizando 22.901.

Caso permaneçam algumas estratégias traçadas pelo PNE, tais como expansão do financiamento por meio das agências oficiais de fomento e da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, é razoável supor que a meta seja atingida dentro do prazo. Ressalta-se, contudo, que a EC nº95/2016 inviabiliza o pleno atendimento do PNE (DUTRA; BRISOLLA, 2020).

Para finalizar esta seção, cabe destacar a capacidade de formação desse programa da Capes. O percentual de titulação ultrapassa os 90%, quando se considera os discentes que iniciaram a percepção de bolsa entre os anos de 2010 e 2012. Começa a cair a partir de 2013, principalmente por causa do doutorado, que exige, em média, 4 anos para conclusão. A partir

desse ano, a concentração de bolsistas permanece como matriculada, ultrapassando 50% a partir de 2016 e chegando a 98% em 2018, conforme Figura 4.2-3.

Figura 4.2-3 – Comparação entre bolsistas do Programa DS/Capes matriculados, não titulados e titulados, nos anos de 2010 e 2018.



Fonte: Cruzamento de dados do Coleta Capes (2010 a 2012), da Plataforma Sucupira (2013 a 2018) e do Sistema de Acompanhamento de Concessões (2010 a 2018). Elaboração da autora.

Entre os anos de 2010 e 2018, dos 233.823 discentes que receberam bolsa, 142.635 (61%) titularam e apenas 9.247 (3,95%) evadiram. Para compreender como o Programa DS/Capes ganhou esse formato e dimensão, é preciso entender sua trajetória, que está inserida no histórico da Capes e da pós-graduação brasileira, a ser tratado na próxima seção.

Formação e desenvolvimento da pós-graduação brasileira e da Capes

A Pós-graduação brasileira é relativamente recente. No início da década de 1950, para atingir o projeto governamental de desenvolvimento e independência, intensificou-se a reflexão sobre a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores (BRASIL, 2002, p. 17; 2011^a, p. 9). Em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1951), a Presidência da República instituiu uma Comissão sob a responsabilidade do Ministro da Educação e Saúde e composta por diversos membros do setor público, a fim de promover uma Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essa Campanha objetivava assegurar a existência de pessoal especializado em qualidade e quantidade, visando o desenvolvimento econômico e social, e oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a oportunidades de aperfeiçoamento. Tal abertura inaugura uma política de Estado que contribui com a construção de uma cidadania mais participativa e democrática. A educação

resgata “valores humanitários como a solidariedade, a consciência do compromisso para com o bem-estar de todos, a fraternidade e a reciprocidade” (AHLERT, 2003, p. 144).

O desenvolvimento da pós-graduação se intensificou, principalmente, a partir da década de 1960 (BRASIL, 2002, p.34, 202, 298). O primeiro marco legal surgiu com a Lei de Diretrizes e Base de 1961 (BRASIL, 1961), a qual lançou dispositivos em relação à educação nacional, citando a pós-graduação como categoria de curso do ensino superior, sem a detalhar. Essa indeterminação ensejou a publicação do Parecer nº 977 de 1965, conhecido como Parecer Sucupira (BRASIL, 1965), cujo conteúdo propunha preencher essa lacuna, definindo a natureza e balizando a organização desses cursos (BRASIL, 2002, p.300). Em 27 de novembro de 1968 foi publicada a Lei nº 5.539 (BRASIL, 1968), cujo teor vinculava a admissão em cargo de auxiliar de ensino superior à aprovação em curso de pós-graduação. Por meio do Parecer nº77/1969 (BRASIL, 1969) do Conselho Federal de Educação, foram finalmente determinadas as normas para o credenciamento desses cursos e validação dos diplomas emitidos.

Em seguida, na década de 1970, a preocupação com a rápida multiplicação dos cursos estimulou a instituição do Conselho Nacional de Pós-Graduação, no Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974 (BRASIL, 1974). Esse conselho tinha como uma de suas atribuições a execução e atualização da Política Nacional de Pós-Graduação, além da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O primeiro plano (BRASIL, 1975^a) foi publicado no ano seguinte e ficou vigente até 1979. Teve como diretrizes a elevação dos padrões de desempenho, o planejamento da expansão e a institucionalização do sistema de pós-graduação. Essa institucionalização foi uma das grandes contribuições do PNPG e repercutiu na forma de repasse de recursos da Capes⁷³, migrando dos indivíduos para as instituições (BRASIL, 2002, p. 73, 80, 127). Assim, passaram a ser celebrados convênios globais com as instituições em vez de concessão de bolsas individuais aos candidatos. Essa alteração buscou tanto evitar a fragmentação dos investimentos quanto estimular a criação de setores responsáveis pela pós-graduação em cada universidade (Ibid., p. 74). Também permitiu acelerar o processo de concessão de bolsas e flexibilizar a distribuição das mesmas (BRASIL, 1976b, p. 14).

A partir desse momento, as Pró-Reitorias de Pós-Graduação passaram a fazer o trabalho que antes era executado por grupos acadêmicos isolados (BRASIL, sd.). Tornaram-se os interlocutores entre a Capes e as instituições de ensino (CAPES, 2002, p. 74, 112, 187, 302), com atribuições de controle, seleção, pagamento e prestação de contas (BRASIL, 1975c, p. 3;

⁷³ A partir do Decreto nº53.932, de 26 de junho de 1964 (BRASIL), a Capes passou de Campanha para Coordenação, reunindo em um único órgão a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e o Programa de Extensão do Ensino Tecnológico (PROTEC).

1977, p. 6). Como novos e atuantes participantes, possibilitam “construir alternativas para uma educação pública e universal de qualidade mediante políticas educacionais democraticamente decididas e elaboradas” (AHLERT, 2003, p. 146).

Ainda na década de 1970, houve um grande salto de atuação da Capes, quando foi instituído o processo de avaliação dos programas de pós-graduação (PPG). A primeira ocorreu em 1976, com ênfase na pesquisa e no julgamento dos pares (MAGALHÃES; REAL, 2018). A partir da década de 1980, serviu como critério para distribuição de bolsas (BRASIL, 2011^a, p. 5, 32). Acredita-se que um dos motivos para o sucesso da pós-graduação brasileira é justamente o vínculo entre nota, número de bolsas e auxílio financeiro a programas (BRASIL, 2002, p. 93, 186, 178), pois corresponde a um critério objetivamente determinado. Tanto a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e os investimentos na formação de recursos de alto nível continuam compondo as linhas de ação dessa agência⁷⁴.

Segundo o recurso executado no ano de 2018, seguindo a dotação prevista no Plano Plurianual 2016-2019⁷⁵, 79,24% do orçamento dessa fundação (R\$3.040.610.837 de R\$3.837.301.197) foram destinados para a concessão de bolsas de estudo. A dotação de bolsas no país (R\$2.053.727.698) correspondeu a 67,54% das bolsas e 53,52% do total do recurso. Embora possa ser precipitado avaliar a importância dessa atividade apenas pelo viés orçamentário, não se pode ignorar que, devido ao dispêndio volumoso de recursos públicos, os programas de concessão de bolsas no país merecem especial atenção. Analisar o cumprimento de finalidades e a execução de estratégias programáticas pode conduzir à melhor gestão dos mesmos e ao atingimento de resultados sociais mais efetivos.

Concessão de bolsas da Capes e o Programa DS/Capes

A primeira atuação da Capes em relação à concessão de bolsa tratou do Serviço de Bolsas de Estudo (SBE), que realizava atividades de recrutamento e seleção de bolsistas, além de coleta e divulgação de informações sobre bolsas concedidas por outras entidades, tais como embaixadas, órgãos públicos e privados (CORDOVA, 1998, p. 43-44). Em 1952, foram ofertadas somente 3 bolsas, sendo 1 no país, na área de música, e 2 no exterior, nas áreas de agronomia e antropologia (Ibid., p. 44). Em 1953, esse número saltou para 79, sendo 25 no país e 54 no exterior (BRASIL, 2011a, p. 45).

⁷⁴ “História e missão”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁷⁵ Ver nota nº 11.

Ainda em 1953, foram implantados dois programas. O Programa Universitário apoiava projetos voltados a centros, núcleos ou unidades de trabalho universitárias por meio da contratação de professores sêniores e promoção de missões universitárias (CORDOVA, 1998, p. 37). O Programa dos Quadros Técnicos e Científicos desenvolvia estudos, pesquisas, levantamentos e atendimentos individuais (Ibid., p. 40, 43).

Na década de 1960 e início de 1970, a qualificação docente fazia parte central do debate sobre a pós-graduação (BRASIL, 2002, p. 51). A fim de elevar os padrões de desempenho, o IPNPG especificou, como diretriz, programas institucionais de capacitação de docentes (BRASIL, 1975a, p.136). Assim, as instituições concentrariam esforços na melhoria de seus recursos humanos, com a finalidade de preencher áreas deficientes e abrir áreas novas em seus programas de ensino e pesquisa (Ibid., p. 138). O exemplo mais emblemático partiu de uma experiência piloto, entre os anos de 1974 e 1975, com o programa de Capacitação Institucional de Docentes (CID), que forneceu 168 bolsas a 6 universidades (BRASIL, 1976b, p. 24). Em 1975, foi implementado o Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), que previa um sistema de planejamento de longa duração (1975/1979) e teve aderência de 44 IES (Ibid.). Na década de 1990, passou a se chamar Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) e, em 1998, restringiu o apoio a instituições públicas (BRASIL, 2002, p. 221). Durou até a primeira gestão do professor Abílio Afonso Baeta Neves (1995-2003).

Outro elemento importante no debate do IPNPG era a institucionalização. Além do PICD, outro programa ganhou destaque, nesse contexto: o de Demanda Social. Ambos os programas firmavam convênios diretamente com as IES e exigiam a constituição de uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação como interlocutora nas relações com a Capes (BRASIL, 1977, p.6; 2002, p. 74, 112, 138, 302). Devido à essa obrigação, pode-se afirmar que atuaram como grandes colaboradores para a implantação e consolidação da pós-graduação no Brasil (BRASIL, 2002, p. 74).

Embora os dois Programas capacitassem a nível de mestrado e doutorado, no país, a Demanda Social aparecia mais como uma forma de diferenciação do PICD (BRASIL, 1976a, p.16). Visava alunos recém egressos de pós-graduação (BRASIL, 1975b, p. 2), independente de sua vinculação ao sistema de ensino superior, que poderiam “ter futuramente engajamento acadêmico ou de qualquer outra natureza” (BRASIL, 1977, p. 9). O surgimento exato do Programa DS/Capes é impreciso. Alguns discursos afirmam que teria iniciado com a fundação da Capes, em 1951 (BRASIL, 2011a, p. 23). Outros comentam sobre sua tradição e funcionamento anterior à década de 1970 (BRASIL, 1976a, p. 16; 1977, p. 9). Contudo, por meio de registros documentais da Capes, tais como atas de reuniões e relatórios gerenciais do Conselho Técnico-

Administrativo (CTA), bem como resoluções, é possível reconstruir essa história a partir de 1975 (BRASIL, 2002, p. 217-218).

A primeira vez que aparece o nome “Demanda Social” dentro da modalidade Bolsas de Estudos no País foi na resolução nº 58, datada de 30 de dezembro de 1975, em que se aprovou o Plano de Trabalho do Programa de Bolsas de Estudos, para o ano de 1976. A previsão orçamentária era de Cr\$ 42.588.000 (BRASIL, 1975c, p. 295). No relatório referente ao ano de 1975, aprovado pelo CTA, em 09 de junho de 1976 (BRASIL, 1976b), somente constava o nome PICD dentro da categoria Programa de Estudos e Subprograma de Bolsas no País. Nas planilhas anexas do anexo 2 (Ibid., p. 35 a 51), descrevia-se a “situação das bolsas novas e renovações em 1975”, sem citar nome de programas de apoio. Já no relatório referente ao ano de 1976, aprovado pelo CTA, em junho de 1977 (BRASIL, 1977), a “Demanda Social” aparece junto com o PICD dentro de Programas de Bolsas de Estudo. Então, é possível afirmar que, a partir de 1976, o Programa DS/Capes passa a existir de fato (BRASIL, 1976a, p. 15; 2002, p. 219).

Algumas características gerais do programa permaneceram iguais, tais como intenção de formar recursos humanos e caráter institucional, por meio da gestão compartilhada. Outros atributos foram aprimorados ou desconsiderados ao longo do tempo. Importa ressaltar que independente da manutenção ou mudança, a concessão de bolsa deve estar atrelada a “um sistema coordenado de auxílio” (BRASIL, 2002, p.124).

É fato que o Programa DS/Capes não sobreviveria sem outras ações e programas complementares. Quanto às ações, constava a concessão de taxas acadêmicas e escolares, que eram auxílios associados às bolsas, mas que tinham por objetivo fomentar os PPG. As primeiras se destinavam à manutenção das atividades e serviços necessários ao desenvolvimento da programação acadêmica dos bolsistas. Duraram até 1997, quando foi criado o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)⁷⁶. As taxas escolares eram direcionadas às instituições privadas de ensino e cessaram em 2000, com a criação do PROSUP. Quanto aos programas complementares, o PROAP tem uma relação direta com o Programa DS/Capes, pois tem como pré-requisito a existência de cota de bolsa nesse programa da Capes. Outros programas que não estão vinculados diretamente à concessão de bolsa, mas que agregam valor à pós-graduação, são o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) e o Portal de Periódicos⁷⁷.

⁷⁶ Para maiores informações: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/proap>. Acesso em 14 out. 2020.

⁷⁷ Para maiores informações: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/paep> e <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 14 out. 2020.

Retomando o aspecto exclusivo de bolsa no país, por muito tempo permaneceram vigentes apenas o PICD/PICDT e o Programa DS/Capes. De acordo com dados do Geocapes a respeito de concessão de bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil, até 1997 existiam somente os dois. Em 1998 e 1999, aparece o PROF. Em 2000 e 2001, são acrescentados o Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD) e o PROSUP. Em 2002 surgem o Mestrado Interinstitucional (Minter) e o Programa de qualificação Institucional (PQI). Em 2003 aparecem outros programas específicos, mas, é a partir de 2004, que há uma separação estrutural dos programas tradicionais dos programas indutores e especiais (BRASIL, 2011a, p. 23).

Em 2009, há outra mudança relevante que impacta o Programa DS/Capes. Os valores das bolsas passam a ser pagos diretamente na conta bancária dos bolsistas, não passando mais pelas instituições, conforme relatório de gestão 2010.⁷⁸ Por fim, a partir de 2010, há um grande crescimento do programa devido à incorporação de bolsas do PROF e REUNI e concessão adicional do BPT, além das ações de cota a cursos novos, conforme detalhado na seção 1. Esse volume fez com que o Programa DS/Capes se tornasse o maior apoiador de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu* no Brasil. Devido a esse alcance e por tratar de benefícios concedidos a discentes de universidades públicas no país, contribui com o conceito de democracia participativa, que reafirma “a educação como um direito de todos os cidadãos” (ALHERT, 2003, p. 146).

Considerações finais

O Programa DS/Capes se iniciou no ano de 1976, em um cenário de ênfase institucional em vez de apoio individual de bolsistas. Também surgiu como alternativa à formação exclusiva de docentes, representado pelo PICD. Seguiu nos seus 42 anos de existência se adaptando aos novos desenhos e prioridades da pós-graduação brasileira e da Capes, bem como às incontínuas mudanças financeiras vivenciadas por essa agência de fomento.

Ele estimulou a criação das pró-reitorias de pós-graduação, verdadeiras interlocutoras entre IES e Capes, além de partes essenciais na gestão compartilhada dos programas de bolsas. Colaborou com o sucesso da avaliação, que resulta em retirada ou concessão de cotas, a depender da nota recebida pelo programa de pós-graduação. Por fim, acompanhou o foco dado à pós-graduação *stricto sensu*.

⁷⁸ Ver nota nº 11.

No âmbito da Capes, manteve-se, mesmo com a retirada de benefícios que o integravam, como taxas acadêmicas, escolares e bolsas, para a formação dos programas específicos PROAP, PROSUP e PROEX. Por outro lado, incorporou bolsas dos programas descontinuados PROF e Reuni. Além disso, recebeu concessões adicionais providas do BPT, PICME, cursos novos e de outras ações pontuais.

Passou por oscilações no quantitativo de bolsas ofertado decorrentes, principalmente, por fatores econômicos. Em 1998, teve uma queda de 23,33% devido a um pacote de ajuste fiscal. Em 2015, o decréscimo foi de 5,68% pela priorização dada ao programa CsF. Em 2018, sofreu cortes na magnitude de 6,41% por causa de restrições orçamentárias. No geral, entre os anos de 1995 e 2018, identificou-se um grande crescimento. O Programa DS/Capes praticamente quadruplicou de tamanho, chegando à oferta de 53.168 cotas, fruto do aumento da dotação de bolsas no país, fato que não deve se manter, principalmente devido à limitação imposta pela EC nº95/2016.

Embora outros programas tenham sido criados para atender demandas especiais e estratégicas, o programa em estudo conservou a alta representatividade, terminando o período em análise com 57,77% das bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/Capes). Pode-se afirmar que, mesmo frente a incertezas e mudanças, esse programa conseguiu cumprir seu objetivo principal de formação de recursos humanos, titulando 142.635 bolsistas que receberam o benefício a partir de 2010.

Desse modo, diante dos argumentos expostos acerca da capacidade de formação, de adaptação e de contribuição cidadã, reforça-se o importante papel que o Programa DS/Capes exerce perante a pós-graduação brasileira.

Referências

AHLERT, Alvorí. Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa, no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. **Educere** – Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, vol. 3, n. 2, p.129-148, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/186>. Acesso em: 4 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25110/educere.v3i2.2003.186>.

BRASIL. Decreto nº 2.370, de 10 de novembro de 1997a. *Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação e do Desporto e da Ciência e Tecnologia, no exercício de 1998, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2370.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.401, de 21 de novembro de 1997b. *Estabelece limites para o empenho da despesa e condições para a sua inscrição em restos a pagar, altera a redação do art. 1º do Decreto nº 2.214, de 25 de abril de 1997, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 1997, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2401.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. *Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964. *Reúne em um só órgão Capes, Cosupi e Protec.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974. *Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016. *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968. *Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5539-27-novembro-1968-359197-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer nº 77**, aprovado em 11 de fevereiro de 1969. Documenta, n. 98, p. 128-132.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer nº 977**, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=314#anchor>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979, 1975a**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório**, Brasília, DF, [1986?].

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Ata da 1ª. e 2ª. sessões da X reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Capes**, 7 nov. 1975b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Ata da 2ª. sessão da XIV reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Capes**, 16 ago. 1976a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Capes, 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Organizadoras: FERREIRA, Marieta de Mores; MOREIRA, Regina da Luz, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24633. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Capes 60 anos**: Seis décadas de evolução da pós-graduação. Revista Comemorativa, Brasília, DF, jul., 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria nº 215, de 1º de novembro de 2011b. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=672#anchor>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório Capes de 1975**, Brasília, DF, jun. 1976b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Relatório Capes de 1976**, Brasília, DF, jun. 1977.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Resolução nº 26**, de 9 de julho de 1975c. Brasília, DF, jul. 1975.

CHAVES, Vera Lúcia. J.; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André R. Dívida Pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v.40(1), e37668, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668>. Acesso em: 4 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>

CORDOVA, Rogério de A. **CAPES: origem, realizações, significações** (1951-1996). Brasília, DF, [s.n.], 1998, vol. 1.

DUTRA, Norivan L. L.; BRISOLLA, Livia S. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n.7, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79581>. Acesso em: 4 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-79581>.

MAGALHÃES, Ana Maria da S.; REAL, Giselle Cristina M. Situando os debates sobre a avaliação da pós-graduação: os estudos do campo pelo campo. **EccoS - Revista Científica**, São Paulo, n. 46, p. 131-148, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7947>. Acesso em: 20 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n46.7947>

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.18, n.1, p.15-32, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2681>. Acesso em: 4 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18n1p15-32>

YANNOULAS, Silvia; GARCIA, Adir. A complexa relação entre educação, pobreza e desigualdade social. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p.15-18, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3197>. Acesso em: 4 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.30i99.3331>.

5 CONCLUSÕES

Os dados referentes ao perfil de bolsistas que não titularam foram detalhados e compilados em artigo (“4.4 ARTIGO 4 – O PERFIL DA EVASÃO DE BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES”) foram submetidos e estão em fase de avaliação. Em resumo, no período de 2010 a 2018, de 233.823 bolsistas, a população de não titulados correspondeu a 9.247 (3,95% do total), se concentrou no mestrado (75%), no público masculino (57%), nas faixas etárias de 27 a 30 anos (36,47%) e de 23 a 26 anos (34,48%). Predominou (porcentagem relativa) nas regiões Norte (5,68%) e Nordeste (4,23%), conforme seguintes estados: AM (6,27%), RR (6,22%), AL (6,16%), PA (5,88%), PE (5,63%), SE (5,41%), MA (4,77%) e RN (4,37%).

Das 10 IES que mais apresentaram casos de evasão, 9 estavam situadas na região Sudeste. Embora sejam 226 (2,44% dos 9.247 casos), constituem porcentagens altas (acima de 8%). Entre a 11ª e a 64ª IES (59,24%), as porcentagens variam entre 7,66% e 3,95%. A partir da 65ª IES (38,32%), a evasão fica abaixo da média (3,95%), sendo que 30 IES não apresentaram nenhum bolsista evadido.

As grandes áreas de avaliação que tiveram mais casos de bolsistas não concluintes foram Engenharias (23,10%), Ciências Exatas e da Terra (19,40%) e Ciências Agrárias (13,55%). Na primeira, as áreas do conhecimento com maior incidência foram Engenharia Elétrica (24,30%), Engenharia Mecânica (17,88%) e Engenharia Civil (16,34%). Na segunda, 21 áreas (30,77%) praticamente equivaleram com Ciências da Computação (30,71%), que, foi seguida por Matemática (14,21%), Física (12,37%) e Química (11,93%). Na terceira, Agronomia (34,48%) superou 27 áreas, se destacando também Zootecnia (17,24%), Medicina Veterinária (9,58%) e Engenharia Agrícola (6,38%).

O recurso direto perdido correspondeu a 132.474 mensalidades, no valor nominal de R\$216.230.984,14 (3% do total) e no valor atualizado de R\$287.876.449,64, pelo IGP-M (FGV).

Os dados referentes às razões de evasão de bolsistas do programa DS/Capes foram tratados no “4.5 ARTIGO 5 – POR QUE BOLSISTAS DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL DA CAPES EVADEM?”), passarão por revisão após considerações da banca de defesa e serão submetidos para publicação. Por meio da análise de 524 abertos na Capes, foram consideradas manifestações tanto das IES quanto de ex-bolsistas e de profissionais da saúde, oportunizando uma ampla percepção sobre a evasão entre o período de 2009 e 2020. Fizeram parte

desse grupo: 64 orientadores(as), 265 comissões de bolsas, 117 colegiados de cursos, 305 coordenadores(as) de cursos, 498 pró-reitores(as) de pós-graduação, 3 reitores(as), 384 ex-bolsistas, 106 psiquiatras, 41 psicólogos(as) e 44 médicos(as) de outras especialidades).

Com base no método ATD, esses relatos foram tratados e distribuídos em 7 categorias e 13 subcategorias, com respectivo percentual entre os 524 ex-bolsistas analisados: Pandemia (2%); Insatisfação (com o(a) orientador(a), com a instituição e/ou curso, e com os(as) professores(as) e/ou colegas de curso) (22%); Finanças e Profissão (incompatibilidade financeira/profissional com o curso, valor da bolsa de estudo e dificuldade financeira) (23%); Indivíduo e família (questões pessoais, e questões familiares e religiosas) (36%); Desempenho/abandono (45%); Saúde (própria e de familiar) (46%); e Adaptação (deslocamento, compreensão e/ou posicionamento, e prazos) (49%). Embora algumas categorias tenham aparecido com maior frequência em relação às outras, não está correto afirmar que sejam determinantes para a evasão. Como 69% das evasões corresponderam a 2 ou mais motivos, concluiu-se que há um entrelaçamento de fatores e não uma causa única.

Na tentativa de esboçar possíveis medidas de contenção para a evasão, foram mencionadas ações de intervenção pelas universidades e em termos de políticas públicas. No âmbito institucional, foram citadas: tutorias, grupos de pesquisa, disciplinas voltadas para a escrita científica, treinamento de professores(as) para lidar com alunos(as) e orientandos(as), código de conduta, espaços de segurança para conversas e denúncias, e atuação/parceria com creches. Em relação à saúde mental, foi mencionada a importância da conscientização (campanhas, grupos de discussão, rodas de conversas e palestras) e da prevenção e tratamento dessas doenças. No âmbito das políticas públicas, foram referidas as ações em nível nacional e o papel da Capes, por meio da flexibilização do recebimento de bolsa com atividade remunerada e da reanálise dos critérios de avaliação. Quanto ao programa DS/Capes, sugeriu-se considerar a formação de recursos humanos para além da titulação, tais como rendimento nas disciplinas cursadas, publicações e participação em eventos científicos. Além disso, propôs redefinir as situações previstas de liberação de restituição em caso de não titulação.

Essas sugestões devem ser aprimoradas em outros estudos. Seguindo a lógica de que as experiências institucionais moldam a integração acadêmica e social dos(as) discentes e, por consequência, influenciam na decisão dos alunos de evadir ou permanecer e concluir, não se deve abdicar do papel primordial das universidades e de políticas públicas para mitigar a evasão na pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIDANI, Cassandra. **Evasão no Ensino Superior a Distância**: o curso de Licenciatura em Matemática a Distância da Universidade Federal Fluminense/CEDERJ. 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1951. Seção 1, p. 10425. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964. Reuni em um só órgão Capes, Cosupi e Protec. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 mai. 1964, p. 4513. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961, p. 11429. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer nº 77, aprovado em 11 de fevereiro de 1969. Documenta, n. 98, p. 128-132.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer nº 977, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=314#anchor>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979, 1975a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ata da 1ª. e 2ª. sessões da X reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Capes, 7 nov. 1975b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ata da 2ª. sessão da XIV reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Capes, 16 ago. 1976a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Capes, 50 anos*: depoimentos ao CPDOC/FGV. Organizadoras: FERREIRA, Marieta de Mores; MOREIRA, Regina da Luz, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24633. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Capes 60 anos: Seis décadas de evolução da pós-graduação*. Revista Comemorativa, Brasília, DF, jul., 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-capes-60-anos-pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria Conjunta n. 1, de 28 de março de 2013. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas de estudo no país. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 abr. 2013. Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=558#anchor>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 59, de 21 de março de 2017. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=240#anchor>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 76, de 14 de abril de 2010. Aprova o novo regulamento do Programa de Demanda Social constante do anexo a esta Portaria. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 2010. Seção 1, p. 31-31. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=741#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 80, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas no país. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jun. 2008. Seção 1, p. 29. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=770#anchor>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 96, de 6 de julho de 2012. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas de estudo no país. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2012. Seção 1, p. 16. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=621#anchor>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 215, de 1º de novembro de 2011b. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 nov. 2011. Seção 1, p. 213. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=672#anchor>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n. 248, de 19 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a adequação das normas de concessão de bolsas de estudo à proteção conferida por Lei às mulheres, em função da maternidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2011c. Seção 1, p. 21. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3884#anchor>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Relatório Capes de 1976*, Brasília, DF, jun. 1977.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *Resolução n. 26*, de 9 de julho de 1975c. Brasília, DF, jul. 1975.

CORDOVA, Rogério de Andrade. **CAPES: origem, realizações, significações (1951-1996)**. Brasília, DF, [s.n], 1998, vol. 1.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 11 reimp. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Adaptação da obra: SIMAN, Lara M. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

LEITE, Joselma R. de S. **Avaliação da efetividade do programa Demanda Social da Capes na pós-graduação da UFT**. 2016. 240f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2016.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação** (Bauru) [online]. 2003, v. 9, n. 2, pp. 191-211. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHYkhL5pM5tXzdj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 mai. 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>.

RUDIO, Franz. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 30 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SILVA, Glauco P da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação**, v.18, n.2, p.331-333, jul. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000200005>. Acesso em: 13 nov. 2020.

TINTO, Vincent. **Completing college: Rethinking institutional action**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

TINTO, Vincent. **Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

APÊNDICE A - COMPARAÇÃO ENTRE NOMATIVOS DO PROGRAMA DS/CAPES

Objetivos do Programa DS	
Diretrizes e Instruções (1987)	Fomento aos cursos de pós-graduação, visando manter a qualidade daqueles já consolidados e ao aprimoramento dos que, embora com potencial, ainda não atingiram a qualidade desejável. Auxiliar a manutenção de alunos em tempo integral.
Diretrizes e instruções (1991)	Propiciar às instituições melhores condições para a formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Apoiar diretamente os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (em 1991, como requisito para ingresso) das IES, contribuindo para que os cursos de mestrado e doutorado atinjam padrões de excelência adequadas à formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	(objetivos somados de 1991 e 1998) A formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual.

Concessão de bolsa	
Diretrizes e Instruções (1987)	O fomento é feito através da concessão de quota de bolsas aos cursos para que possam ter determinado número de alunos em tempo integral.
Diretrizes e instruções (1991)	Como incentivo à produtividade dos alunos, de modo a reduzir o tempo médio de titulação na pós-graduação.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Garantindo a manutenção de alunos com excelente desempenho acadêmico (previsto em 1991, se houvesse baixo desempenho: substituição) dedicados aos estudos em tempo integral (tempo integral previsto como requisito para concessão de bolsa, em 1991). A Capes podia repassar quota estratégica de recursos para ser gerida diretamente pela Pró-Reitoria (novidade) - para atendimento de necessidades de ordenação e integração dos PPG <i>stricto sensu</i> .
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual (trechos diferentes dos outros regulamentos): Aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela Capes, para que mantenham em tempo integral alunos de excelente desempenho acadêmico. Novidade: O retorno do investimento dos recursos públicos aplicados no Programa DS deverá ocorrer, preferencialmente, através da absorção do pessoal qualificado nas IES e Institutos de Pesquisa do País. A definição de quota Pró-Reitoria entra nas competências da Capes.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual: O instrumento básico da DS é a concessão de quota de bolsas aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela Capes, para que mantenham em tempo integral alunos de excelente desempenho acadêmico.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual. Muda "quota de bolsas" para "bolsas".

Implementação das bolsas do Programa DS	
Diretrizes e Instruções (1987)	
Diretrizes e instruções (1991)	Estabelecimento de uma base institucional sólida (Pró-Reitorias e Comissões de Bolsas) para garantir sua operação. A Capes podia conceder bolsas novas (sem discriminação de nível). As Coordenações definiam o número de bolsas a ser utilizado no mestrado e no doutorado, informando à Capes até 28/2 (Relação Nominal de Bolsistas). As bolsas não preenchidas eram recolhidas. Os cursos podiam substituir bolsistas até 15/10 (informando à Capes). Os cursos cujos bolsistas entregassem a versão final da dissertação/ tese entre 15/10 e 28/02 tinham as bolsas asseguradas para o início do ano letivo.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	

Características gerais do Programa DS	
Diretrizes e Instruções (1987)	Como o programa é institucional, não há atendimento direto à solicitação individual de candidatos. Deviam obter informações nos cursos.
Diretrizes e instruções (1991)	Caráter nitidamente institucional. Os candidatos deviam se dirigir diretamente aos cursos onde pretendiam realizar seus estudos para obter informações sobre a formalização de candidatura. Concessão aos cursos de pós-graduação de bolsas de estudo em nível de mestrado e doutorado no país, com base nos resultados do processo de acompanhamento e avaliação de cursos coordenados pela Capes.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Semelhante: as informações necessárias à formalização de candidatura ou outras sobre concessão deveriam ser obtidas pelos interessados diretamente na administração do programa pretendido. Implementação dos planos de formação de recursos humanos dos programas de pós-graduação recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela Capes.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Semelhante: as informações necessárias à formalização de candidatura ou outras sobre concessão deviam ser obtidas pelos interessados diretamente na Pró-Reitoria (e não na administração do programa pretendido).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual.

Critérios para aplicação dos recursos/distribuição de bolsas/ definições do número de bolsas	
Diretrizes e Instruções (1987)	1) Conceito obtido na avaliação coordenada pela Capes; 2) Número de titulados e de matrículas novas; 3) Número de bolsas utilizadas; 4) Recomendações específicas do Conselho Técnico-Científico da Capes; 5) Disponibilidade orçamentária. Etapas: 1) Solicitação do coordenador do curso, ouvida a Comissão de Bolsas, e encaminhada à Capes, pela Pró-Reitoria; 2) Concessão de cota inicial, comunicada pela Capes; 3) Solicitação de bolsas adicionais, pela Pró-Reitoria, após estudo de possíveis remanejamentos; 4) Comunicação das cotas globais à Pró-Reitoria.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Características, dimensão e desempenho do curso e dos bolsistas; 2) Número de bolsas utilizadas no ano anterior (março/ fevereiro), necessidade de renovação e produtividade; 3) Recomendações específicas do Grupo Técnico Consultivo e Conselho Técnico-Científico da Capes; 4) Disponibilidade orçamentária; 5) (explícito em outra parte) Os cursos definiam e comunicavam às Pró-reitorias ou órgãos equivalentes suas necessidades de bolsas para o ano subsequente por meio do formulário Solicitação de Quotas, que era enviado à Capes e ao CNPq. 6) As instituições podiam encaminhar, até 23/2, à Capes solicitações de bolsas adicionais para cursos que alocavam a totalidade das bolsas concedidas inicialmente. A Capes respondia até 30/3 e dependia de disponibilidade orçamentária. A divulgação do número de bolsas (normal) para cada curso ocorria em dezembro do ano anterior. Os cursos novos, logo após recomendados pelo GTC, podiam enviar à Capes pedido de bolsas. As bolsas eram implementadas imediatamente. Os cursos que efetuavam seleção de alunos para ingresso no 2º semestre podiam solicitar bolsas à Capes, por meio do formulário Solicitação de Quotas, dentro dos prazos estabelecidos. Os demais casos de solicitação de bolsas deviam ser encaminhados à Capes no formulário Relação Nominal de Bolsistas, no mês anterior ao da implementação. O Relatório Anual de Cursos de Pós-Graduação, enviado pela Divisão de Acompanhamento e Avaliação da Capes, bem como os referentes aos bolsistas, eram indispensáveis para subsidiar a atribuição de bolsas aos cursos.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	A renovação dos planos de formação passou a não ser exigida. Continuidade: previsão de alocação de recursos era divulgada em dezembro de cada ano em função de: 1) Disponibilidade orçamentária (igual); 2) Características, dimensão e desempenho do curso e dos bolsistas (igual); 3) Necessidades de formação mais prementes verificadas no país (novidade); 4) Recomendações específicas dos órgãos colegiados da Capes (semelhante).
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Semelhante: 1) Características, dimensão e desempenho do curso e dos bolsistas, aferido pelo tempo médio de titulação (inserida para atenuar as distorções históricas); 2) Recomendações específicas do Conselho Técnico-Científico, acolhidas pela Diretoria da Capes (antes órgãos colegiados da Capes). Igual: 1) Necessidades de formação mais prementes verificadas no país.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual: 1) Características, dimensão e desempenho do curso e dos bolsistas, aferido pelo tempo médio para titulação; Adaptação: 1) Necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos. Saíram: Recomendações específicas do Conselho Técnico-Científico, acolhidas pela Diretoria da Capes.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual: 1) Necessidades de formação (...); Adaptação: 1) Característica, localização, dimensão e desempenho do curso (antes tinha bolsistas); 1) Caiu: tempo médio de titulação; Novidade: 1) Política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela Capes; 2) As bolsas não utilizadas pelos PPGs serão recolhidas pela Capes e redistribuídas entre os outros PPGs participantes do Programa DS, visando melhor utilização das bolsas.

Requisitos para ingresso	
Diretrizes e Instruções (1987)	
Diretrizes e instruções (1991)	1) Manter curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> recomendado pelo sistema de acompanhamento e avaliação da Capes; 2) Manter [infraestrutura] administrativa responsável pela gerência do programa na instituição; 3) Celebrar convênio. Obs.: A Comissão de Bolsas estava prevista mais à frente.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Mediante aprovação de plano de formação de recursos humanos (modelo divulgado pela Capes) (já aplicado antes, pois a renovação, a partir de 1998, passou a não ser mais exigida), com as condições: 1) Funcionamento de programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> recomendado pelo sistema de acompanhamento e avaliação da Capes (igual); 2) Manutenção de unidade de gerência (Pró-Reitoria ou órgão equivalente) e [infraestrutura] compatível (semelhante: A pró-reitoria é mencionada mais em outro trecho, em 1991); 3) Instituição de Comissão de Bolsas (para atuação na seleção de bolsistas) (igual, a comissão é mencionada em outro trecho, em 1991); 4) Firmatura de convênio (igual)
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Novidade: 1) Possuir personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito (criação do PROSUP, em 2000); 2) Manter PPG <i>stricto sensu</i> , avaliado pela Capes, com conceito igual ou superior a 3. Igual: Pró-Reitoria (outorga de poderes e manutenção de [infraestrutura] compatível); Comissão de Bolsas (com atuação decisiva na seleção de bolsistas); e convênio.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual: 1) Possuir (...); 2) Manter PPG (...); 3) Outorgar poderes (...) manter [infraestrutura] (...); 4) Instituir Comissão de Bolsas CAPES/DS. Novidade: (saem convênios): 1) Firmar instrumento de repasse específico com a Capes, aplicado nos casos das IES não federais; 2) Firmar termo de cooperação para regulamentar direitos e obrigações das partes envolvidas (Capes e IES participante) no tocante ao acompanhamento e pagamento dos bolsistas de cada IES. Obs: com a criação do PROEX, em 2004, PPGs avaliados com 6 e 7 não são mais apoiados pelo programa DS.

Gerenciamento do Programa DS	
Diretrizes e Instruções (1987)	
Diretrizes e instruções (1991)	[Cogestão]: 1) Cursos: seleção e acompanhamento acadêmico; 2) Pró-Reitoria: coordenação; 3) Capes: avaliação periódica do desempenho dos cursos e dos bolsistas, condicionando a distribuição de bolsas.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	

Atribuições da Capes	
Diretrizes e Instruções (1987)	Simplificada: concessão de recursos (bolsas e outros auxílios) e assistência técnica às IES para operacionalização do Programa.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Conceder bolsas para os cursos, com base nos resultados do processo de avaliação; 2) Efetuar o repasse de recursos necessários à execução do Programa; 3) Acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	1) Definir e divulgar os limites de bolsas para os programas de pós-graduação (quotas de bolsas) (já fazia em 1991, mas fica mais clara a atribuição, em 1998); 2) igual; 3) igual.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	1) Definir quotas de bolsas para os PPGs e Pró-Reitoria (novidade); 2) Efetuar, observada a disponibilidade orçamentária, o repasse dos recursos necessários à execução (igual) (a disponibilidade orçamentária está presente em "Critérios para aplicação dos recursos/distribuição de bolsas", nos outros regulamentos); 3) Acompanhar e avaliar o desempenho do Programa (igual).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual.

Atribuições da Instituição (Pró-reitoria ou equivalente) (continua)	
Diretrizes e Instruções (1987)	Recursos para manutenção da [infraestrutura] administrativa do órgão local responsável pela gerência do Programa. Cumprimento integral das obrigações estipuladas pelos convênios e nas diretrizes e instruções. A Pró-Reitoria ou órgão equivalente deve: 1) Coordenar a execução do Programa; 2) Providenciar o pagamento dos bolsistas; 3) Ser o contato com a Capes; 4) Garantir o funcionamento da Comissão de bolsas; 5) Enviar formulários (Relação Nominal de Bolsistas, Solicitação de Auxílio para Confecção de Dissertação/Tese, Solicitação de Pagamento de Taxas Escolares, Solicitação de Pagamento de Seguro-Saúde, Comunicação de Substituição, Cancelamento de Bolsistas, Proposta de Remanejamentos, relatório e Solicitação de Bolsas); 6) Divulgar (junto às Comissões e coordenações de curso) todos os comunicados da Capes.
Diretrizes e instruções (1991)	Coordenar a execução do Programa e ser responsável pelo contato com a Capes: 1) Garantir o funcionamento da Comissão de Bolsas/Capes em cada um de seus cursos de pós-graduação; 2) Enviar à Capes toda documentação necessária à implementação do Programa; 3) Providenciar o pagamento dos bolsistas e manter a Capes informada sobre a data na qual efetuou o pagamento; 4) Divulgar internamente todos os comunicados enviados pela Capes referentes ao Programa; 5) Efetuar nos prazos estabelecidos a prestação de contas dos convênios executados; 6) Interagir com a Capes para o aperfeiçoamento do Programa e o desenvolvimento da pós-graduação.

Atribuições da Instituição (Pró-reitoria ou equivalente)	(continuação)
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Igual: Indicar órgão responsável pela pós-graduação (pró-reitoria ou equivalente) para coordenar a execução do Programa: 1) Representar a instituição perante a Capes, na relações atinentes ao Programa; 2) Garantir o funcionamento da Comissão de Bolsas/Capes; 3) Conferir e enviar à Capes toda a documentação necessária à implementação do Programa; 4) Proceder aos pagamentos dos bolsistas, informando as datas de efetivação à Capes; 5) Cumprir e divulgar as normas entre candidatos e bolsistas; 6) Efetuar nos prazos estabelecidos as prestações de contas dos convênios executados; 7) Interagir com a Capes para o aperfeiçoamento do Programa e o desenvolvimento da pós-graduação. Novidade: 1) Supervisionar as atividades do Programa DS no âmbito da instituição; 2) Cientificar o bolsista que seu tempo de estudo somente será computado para fins de aposentadoria se fizer contribuições para a Seguridade Social como "contribuinte facultativo"; 3) Proceder à apuração das eventuais infrações administrativas e disciplinares ocorridas no âmbito de sua atuação, envidando esforços para os ressarcimentos devidos ao Erário por aplicação indevida de recursos do Programa; 4) Apresentar quaisquer relatórios solicitados pela Capes.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual: Atribuir à Pró-Reitoria a responsabilidade de coordenação e execução do Programa: 1) Representar (...); 2) Supervisionar (...); 3) Garantir (...); 4) Preparar e enviar toda documentação (...); 5) Proceder aos pagamentos (...); 6) Cumprir (...); 7) Cientificar bolsistas sobre tempo de estudo (...); 8) Efetuar (...) prestação de contas; 9) Interagir com a Capes (...); 10) Apresentar quaisquer relatórios (...) e praticar todos os demais atos necessários ao bom funcionamento do Programa. Novidade: 1) Restituir integral e imediatamente à Capes todos os recursos aplicados sem a observância das normas da DS procedendo a apuração das eventuais infrações ocorridas no âmbito de sua atuação, para cobrança regressiva, quando couber (a restituição estava prevista no regulamento de 1998, em "Revogação da concessão", mas a cobrança regressiva, não); 2) Apresentar até o dia 5 de cada mês as alterações havidas em relação ao mês anterior dos bolsistas do Programa.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual: Incumbir formalmente à Pró-Reitoria a responsabilidade pela coordenação da execução do Programa: 1) Representar (...); 2) Supervisionar (...); 3) Garantir (...); 4) Preparar (...); 5) Proceder aos pagamentos (...); 6) Cumprir (...); 7) Cientificar (...); 8) Restituir integral e imediatamente (...) cobrança regressiva, quando couber; 9) Efetuar (...) prestação de contas; 10) Interagir com a Capes; 11) Apresentar quaisquer relatórios (...). Novidade: disponibilizar via <i>on-line</i> , até o dia 15 de cada mês as alterações ocorridas em relação ao mês em curso dos bolsistas.
Portaria nº76, de 14 de abril de 2010	Igual: Incumbir formalmente à Pró-Reitoria a responsabilidade pela coordenação da execução do Programa: 1) Representar (...); 2) Supervisionar (...); 3) Garantir (...); 4) Preparar (...); 5) Proceder ao pagamento dos bolsistas, quando for o caso, evitando atrasos ou demoras, e informar mensalmente a Capes, sobre as respectivas datas de efetivação (...) (devia ter saído, pois a Capes passou a pagar diretamente os bolsistas); 6) Cumprir (...); 7) Cientificar (...); 8) Restituir integral e imediatamente (...) cobrança regressiva, quando couber; 9) Interagir com a Capes; 10) Apresentar quaisquer relatórios (...) Saiu: 1) Efetuar (...) prestação de contas. Novidade: 1) Disponibilizar à CDS, via online, até o dia 15 de cada mês, as alterações ocorridas em relação ao mês em curso dos bolsistas do Programa e informar os casos de ex-bolsistas Capes que foram desligados dos PPG e que não concluíram seus cursos; 2) Apresentar, nos prazos estabelecidos, o relatório de cumprimento do objeto, conforme legislação federal em vigor; 3) Divulgar amplamente e em diferentes mídias, inclusive em sítio específico do PPG ou da IES, os critérios a serem utilizados na seleção de alunos de ME e DO dos PPGs apoiados pelo programa DS.

Atribuições da Comissão de Bolsas	
Diretrizes e Instruções (1987)	(Ao nível do curso): 1) Instituição de Comissão de Bolsas/Capes, podendo ser por área de concentração, dependendo da dimensão do curso; 2) Apresentação do "Relatório Anual do Curso"; 3) Cumprimento das normas operacionais. Atribuições da Comissão: 1) Estabelecer e informar à Capes, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou órgão equivalente, critérios para seleção dos candidatos à bolsa da Capes e para renovação de bolsa; 2) Selecionar candidatos; 3) Realizar acompanhamento do desempenho acadêmico de todos os bolsistas, com base em relatórios de atividades, histórico escolar e parecer do orientador, para efeito de renovação e/ou cancelamento de bolsa; 4) Informar à Pró-Reitoria todo cancelamento; 5) Proceder substituição de bolsistas, comunicar à Pró-Reitoria; 6) Manter atualizado arquivo com documentação de cada bolsista, à disposição da Capes, a qualquer tempo; 7) Observar normas gerais e operacionais e divulgar junto aos bolsistas.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Observar as normas do Programa: divulgá-las junto aos bolsistas e mantê-los informados de qualquer comunicação da Capes; 2) Informar à Capes eventuais dificuldades da aplicação das normas no decorrer do processo; 3) Estabelecer e informar à Capes, por meio do órgão competente, os critérios utilizados na atribuição de bolsas, levando em conta o mérito acadêmico e as condições sócio-econômicas dos candidatos; 4) Examinar as solicitações dos candidatos a bolsa e comunicar à Pró-Reitoria ou órgão equivalente os nomes dos alunos selecionados; 5) Manter um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no treinamento. Este sistema deverá permitir à Pró-Reitoria ou órgão equivalente e à Capes verificar, a qualquer momento, o estágio do desenvolvimento do trabalho dos bolsistas em relação à duração das bolsas; 6) Encaminhar à Pró-Reitoria ou órgão equivalente, no formulário específico, todas as alterações ocorridas após a distribuição inicial das bolsas (cancelamento, substituição, relações nominais complementares); 7) Manter atualizado, para cumprimento das disposições legais, um arquivo com informações administrativas relativas a cada bolsista, arquivo esse que deverá estar permanentemente à disposição da Pró-reitoria ou órgão equivalente e da Capes.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Igual: 1) Observar as normas e zelar por seu cumprimento; 2) Examinar as solicitações dos candidatos à bolsa; 3) Manter sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no programa de estudo, apto a fornecer diagnóstico do estágio do trabalho; 4) Manter arquivo atualizado com informações administrativas individuais dos bolsistas, permanentemente disponível para a pró-reitoria ou Capes. Semelhante: 1) Selecionar os candidatos às bolsas mediante critérios que enfatizem o mérito acadêmico e as condições [sócioeconômicas], comunicando à Capes, por meio do órgão competente, os critérios adotados e os dados individuais dos alunos selecionados. Novidade: 1) Deliberar, com base em processo seletivo, sobre as substituições de bolsistas.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual: 1) Observar as normas (...); 2) Examinar as solicitações (...); 3) Manter sistema (...); 4) Manter arquivo (...). Novidade: 1) Selecionar os candidatos à bolsa mediante critérios que priorizem o mérito acadêmico, comunicando à Capes, por meio do órgão competente, os critérios adotados e os dados individuais dos alunos selecionados (saíram as condições [sócioeconômicas]).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual, insere: 1) Examinar à luz dos critérios estabelecidos as solicitações dos candidatos a bolsa.

Tipos de benefícios	
Diretrizes e Instruções (1987)	Os valores de bolsa são diferenciados por nível e comunicados pela Capes à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Não era permitida a divisão do valor da bolsa para mais de um aluno. Outros tipos de benefício: auxílio para confecção de dissertação/tese, taxas escolares (IES privadas) e auxílio para seguro-saúde.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Mensalidades de bolsa de doutorado - 70% do salário de Professor Assistente I em regime de dedicação exclusiva do sistema federal de ensino superior; 2) Mensalidades de bolsa de mestrado - 70% do salário de Professor Auxiliar I em regime de dedicação exclusiva do sistema federal de ensino superior. As mensalidades se destinavam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento; 3) Auxílio-Tese: despesas referentes à confecção da dissertação/tese a bolsista ativo na entrega da versão final, no valor de uma mensalidade de bolsa; 4) Auxílio Seguro-Saúde: para registro no Sistema Nacional de Previdência Social na categoria autônomo. Não implicava vínculo empregatício. Devia ser brasileiro nato ou naturalizado e não ter vínculo empregatício; 5) Taxas escolares a instituições privadas; 6) Taxas acadêmicas: para manutenção das atividades e serviços necessários ao desenvolvimento da programação acadêmica dos bolsistas. Repasse condicionado à aprovação dos relatórios técnicos dos cursos, em que se fazia avaliação qualitativa da utilização dos recursos repassados.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Igual: 1) Mensalidades de bolsa; 2) Auxílio-Tese; 3) Taxas escolares. As mensalidades se destinavam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento. Novidade: 1) Mensalidade complementar: para casos em que se admitia a percepção de remuneração pelo bolsista (vínculo funcional na área de educação ou saúde coletiva, desde que liberado integralmente da atividade profissional) até atingir os valores máximos das mensalidades de bolsa. Obs.: 1) Não se fala sobre o auxílio seguro-saúde; 2) Cessa a concessão de taxas acadêmicas para as instituições públicas (criação do PROAP em 1997).
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual: 1) Mensalidades de bolsa; 2) Mensalidade complementar; 3) Auxílio-Tese. As mensalidades se destinavam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento. Obs.: 1) Cessa a concessão de Taxas escolares para as instituições privadas (criação do PROSUP em 2000).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual: 1) Pagamento de mensalidade complementar. As mensalidades se destinavam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento. Adaptação: 1) Pagamento de mensalidade para manutenção, cujo valor será divulgado pela Capes (saiu a referência aos salários de professor); 2) Auxílio-Tese: igual, com acréscimos: a) ser bolsista da Capes sem interrupção, por pelo menos 12 meses (ME) e 24 meses (DO); b) não ter mais que 24 meses de curso (ME) e 48 meses de curso (DO); c) no caso de mudança de nível (contado da matrícula), não ter mais de 60 meses da matrícula de ME.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual: 1) Pagamento de mensalidades de bolsa (...). As mensalidades se destinavam a um único bolsista, sendo vedado seu fracionamento. Novidade: 1) Mensalidade complementar: para todos os professores da rede pública federal, estadual e municipal, que atuem no ensino básico e que auferam remuneração bruta para atingir o valor das bolsas. O Auxílio-Tese foi extinto em 2007.

Requisitos para concessão de bolsa (continua)	
Diretrizes e Instruções (1987)	1) Termo de compromisso - modelo disponibilizado, mas cada IES podia adaptar; 2) Dedicação ao curso - intensa e exclusiva; 3) Fixar residência na cidade onde realiza o curso; 4) Bolsista com vínculo empregatício podia usufruir da bolsa, desde que comprovasse oficialmente afastamento integral de suas atividades para dedicação exclusiva ao curso; 5) Não ser funcionário/servidor (docente, servidor ou técnico) da própria instituição - a concessão de bolsa devia ocorrer, preferencialmente, através do PICD. Se não conseguisse, só poderia ter bolsa DS, se afastasse integralmente de suas atividades profissionais; 6) Não acumular bolsa com outra bolsa ou auxílio de outros programas da Capes e de quaisquer outras instituições/agências - caso detectado: suspensão sumária e devolução das parcelas indevidas; 7) Não ser aluno de residência médica.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Dedicação integral; 2) Não ter vínculo empregatício na região metropolitana do curso; 3) Não acumular bolsa com bolsa de outro Programa da Capes ou de outra agência de fomento e de organismos internacionais; 4) Não ser funcionário/servidor (docente, pesquisador ou técnico) da instituição onde realiza o curso; 5) Não ser aluno em programa de residência médica. Os docentes de ensino superior que eram selecionados como bolsistas da Demanda Social deviam apresentar à Comissão de bolsas comprovante de afastamento integral e justificativa do fato de não estarem integrando o PICD. A Capes assegurava a renovação das bolsas para alunos que preenchessem os requisitos do Programa.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Igual: 1) Dedicação integral; 2) Não ser aluno em programa de residência médica. Novidade: 1) (mais restrito) Não auferir rendimentos de qualquer natureza e, se possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais sem percepção de vencimentos; 2) Fixação de residência na cidade onde realiza o curso; 3) Não acumular bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro Programa da Capes ou de outra agência de fomento e de organismos internacionais; 4) Não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de pós-graduação; 5) Lograr classificação em processo seletivo; 6) Não se encontrar aposentado ou em situação equiparada; 7) Carecer de tempo não inferior a 8 anos (DO) ou 12 anos (ME) para obter aposentadoria voluntária.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual: 1) Dedicação integral; 2) Se possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais sem percepção de vencimentos; 3) Não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de pós-graduação; 4) Não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da Capes, ou de outra agência de fomento, ou, ainda, de organismo nacional ou internacional; 5) Não ser aluno em programa de residência médica; 6) Não se encontrar aposentado (...); 7) Carecer de tempo não inferior (...); 8) Ser classificado em processo seletivo. Novidade: 1) Ter desempenho acadêmico satisfatório, consoante as normas definidas pela instituição promotora do curso (o desempenho estava previsto para a duração das bolsas e como atribuição da Comissão de Bolsas, no regulamento de 1998); 2) Realizar estágio docência, com duração mínima de 1 semestre (ME) e 2 semestres (DO). Sai a fixação de residência na cidade onde realiza o curso.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual: 1) Dedicação integral; 2) Quando possuir vínculo (...); 3) Comprovar desempenho acadêmico satisfatório (...); 4) Não possuir qualquer relação (...); 5) Realizar estágio docência, de acordo com o art. 17; 6) Não (...) residência médica; 7) Não aposentado (...); 8) Carecer de tempo (...); 9) Ser classificado (...). Novidade: 1) Não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da Capes, ou de outra agência de fomento pública nacional; 2) Carecer de tempo não inferior a 20 anos (DO) ou 24 anos (ME) para obter aposentadoria voluntária.

Requisitos para concessão de bolsa (continuação)	
Portaria nº76, de 14 de abril de 2010	<p>Igual: 1) Dedicção integral; 2) Quando possuir vínculo (...); 3) Comprovar desempenho acadêmico satisfatório (...); 4) Não possuir qualquer relação (...); 5) Realizar estágio docência, de acordo com o art. 18; 6) Não (...) residência médica; 7) Ser classificado (...). Novidade: 1) Quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com bolsas (Lei nº11.907/2009); 2) Os servidores públicos deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento concedido; 3) A vedação ao acúmulo de bolsas permanece ("não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro Programa da Capes, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada"), com exceção: 3.1) Vínculo funcional com a rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, com liberação integral da atividade profissional e cursando pós na mesma área (caso de saúde coletiva); 3.2) Bolsistas que virem a ser professores substitutos, com a devida anuência do orientador e autorização da Comissão de Bolsas; 3.3) Bolsistas da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade tutor (Portaria Conjunta Capes/CNPq nº1/2007). Volta a exigência de fixar residência na cidade onde realiza o curso. Sai a exigência de tempo para aposentadoria.</p>

Duração das bolsas	
Diretrizes e Instruções (1987)	36 meses para o mestrado e 48 para o doutorado. Devem ser computadas bolsa ou auxílio da Capes ou de outra agência para realizar o mesmo curso. 1ª Fase: 18 e 24 meses, improrrogável. 2ª Fase: condicionada à aprovação do projeto de dissertação ou de tese. Caso não cumprimento: cancelamento da bolsa ou suspensão até satisfação da exigência. O bolsista também devia apresentar bom desempenho acadêmico (mensurado pela entrega de plano de Estudos, Relatório de atividades e Projeto de Dissertação/Tese). A Comissão emitia parecer sobre esse desempenho e decidia o mérito da renovação da bolsa.
Diretrizes e instruções (1991)	Prazo de um ano. A manutenção estava condicionada à avaliação de desempenho acadêmico. Duração máxima: 48 meses para o doutorado; e 30 meses para o mestrado. Computadas parcelas recebidas anteriormente em programas de bolsas da Capes ou de outras agências para o mesmo nível de curso. A prorrogação de prazo não era autorizada pela Capes, em hipótese nenhuma.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Prazo de 12 meses, podendo ser renovada até atingir: 48 meses para o doutorado; e 24 (novidade. Antes eram 30) meses para o mestrado. A renovação está condicionada: 1) Recomendação da Comissão de Bolsas/Capes, sustentada na avaliação do desempenho acadêmico do pós-graduando; 2) Persistência das condições pessoais do bolsista, que ensejaram a concessão anterior. Consideradas parcelas recebidas anteriormente em programas de bolsas da Capes ou de outras agências para o mesmo nível de curso, assim como o período do estágio no exterior subsidiado pela Capes ou organismo nacional ou estrangeiro. Novidade: os limites são improrrogáveis. Sua extrapolção constitui causa para redução das quotas, na proporção das infrações apuradas, sem prejuízo da repetição do indébito e demais medidas cabíveis.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Igual (...). Novidade (prevista em outra parte no regulamento de 1998): o bolsista de mestrado que obtiver recomendação para ingresso no doutorado, sendo contemplado com bolsa deste nível não poderá ter duração de bolsa superior a 54 meses, considerados ambos os níveis. Igual: os limites são improrrogáveis (...).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual (...). Novidade: O bolsista de mestrado que tiver recomendação para ingresso no doutorado não poderá ultrapassar a duração de 60 meses total. Igual: os limites são improrrogáveis (...).
Portaria nº76, de 14 de abril de 2010	Igual (...). Novidade: 1) Não se fala sobre o tempo total de bolsistas que mudam de nível; 2) Apenas discentes com tempo suficiente para a realização do estágio docente deverão ser apoiados com bolsas Capes. Igual: os limites são improrrogáveis (...).

Suspensão de bolsa	
Diretrizes e Instruções (1987)	
Diretrizes e instruções (1991)	1) Doença grave que impeça acompanhar as atividades do curso; 2) Licença maternidade; 3) Estágio no exterior (com apoio da Capes ou de outra agência).
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Novidade: inserção dos prazos. A bolsa poderá ser suspensa por até 6 meses: 1) Doença grave que impeça acompanhar as atividades do curso; 2) Nascimento de filho, quando parturiente a bolsista. Por até 12 meses: para efetuar estágio no exterior, relacionado com o plano de curso, se apoiado pela Capes ou por outra agência. Não cabia substituição durante a suspensão.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	A bolsa poderá ser suspensa por até 6 meses: 1) Doença grave (...) (igual); 2) Parto e aleitamento no primeiro semestre de vida do filho (novidade). Por até 18 meses: para efetuar estágio no exterior, relacionado com o plano de curso, se apoiado pela Capes ou por outra agência (igual). Não cabia substituição durante a suspensão da bolsa a pedido (adaptação).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual (a parte do parto e aleitamento exclui o "primeiro semestre de vida", mas a suspensão é de até 6 meses). Novidade: 1) De até 6 meses (ME) e 12 meses (DO) para doutorado sanduiche, no programa PROCAD/Capes; 2) A suspensão por doença grave e parto/aleitamento não será computada para efeito de duração da bolsa. Adaptação: vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa. Depois mantém "não cabe substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa a pedido".
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual: A bolsa poderá ser suspensa por até 6 meses: 1) Doença grave; 2) Parto e aleitamento no primeiro semestre de vida do filho. Por até 18 meses: para efetuar estágio no exterior, relacionado com o plano de curso, se apoiado pela Capes ou por outra agência. Novidade: Não se fala sobre o PROCAD. Igual: vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa.

Não há suspensão de bolsa	
Diretrizes e Instruções (1987)	Coleta de dados em outra localidade, a critério da Comissão de Bolsas DS/Capes, desde que o bolsista permanecesse em dedicação exclusiva aos trabalhos da dissertação/tese e obedecido o prazo máximo de um semestre.
Diretrizes e instruções (1991)	
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Coleta de dados: Até 6 meses (ME) e 12 meses (DO) para coletar dados necessários à elaboração da dissertação/ tese, se a necessidade for reconhecida pela Comissão de Bolsas/Capes e ficar garantida a dedicação integral ao trabalho proposto.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Coleta de dados: Até 6 meses (ME) e 12 meses (DO) para realizar estágio em instituição nacional (novidade) ou coletar dados necessários à elaboração da dissertação/tese, se a necessidade da coleta ou estágio for reconhecida pela Comissão de Bolsas/Capes para o desenvolvimento do plano de trabalho proposto.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual (...). Novidade: o doutorando se afastar para realizar estudos referentes a sua tese, por um período de 2 a 6 meses, conforme acordo estabelecido entre a Capes e o DAAD.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual.

Revogação da concessão	
Diretrizes e Instruções (1987)	A não observância, por parte do curso de pós-graduação, no tocante às normas estabelecidas pelo Programa quanto à concessão de bolsas e acompanhamento de bolsistas, implicava em suspensão do convênio até a reavaliação do desempenho do curso em questão.
Diretrizes e instruções (1991)	
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Se apurada omissão na percepção de rendimentos, declaração falsa da inexistência de apoio por outra agência ou outra fraude praticada pelo bolsista. É nula a concessão quando não observados os requisitos para concessão de bolsa, excluindo a bolsa do limite destinado pela Capes à IES, obrigando esta a restituir aquela todos os recursos irregularmente aplicados, sem prejuízo das responsabilidades criminal e disciplinar (novidade).
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Se apurada omissão na percepção de rendimentos, quando exigida, declaração falsa da inexistência de apoio por outra agência ou outra fraude praticada pelo bolsista, ficando o aluno impossibilitado de receber benefícios por parte da Capes durante o período de cinco anos (novidade). Novidade: a inobservância pela IES dos requisitos para concessão de bolsa acarreta a imediata suspensão dos repasses e a restituição à Capes de todos os recursos aplicados irregularmente, bem como a retirada da quota de bolsa utilizada irregularmente. Semelhante (estava na parte de cancelamento de bolsa, no regulamento de 1998): a bolsa poderá ser revogada a qualquer tempo por infringência à disposição do regulamento, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual (...). Também igual: a inobservância (...). Bem como retirada da quota (...). Os cinco anos de impedimento passam a contar a partir do conhecimento do fato (novidade).
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual (...). Também igual: a inobservância (...). Bem como retirada da bolsa (...). Novidade: a não conclusão do curso acarretará a obrigação de restituir os valores despendidos com a bolsa, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada. A avaliação dessas situações fica condicionada à aprovação pela Diretoria Colegiada da Capes, em despacho fundamentado.

Cancelamento da bolsa	
Diretrizes e Instruções (1987)	Comunicado pela Pró-Reitoria à Capes, até o dia 15. As parcelas não utilizadas eram incorporadas ao saldo de bolsas do curso.
Diretrizes e instruções (1991)	Se houvesse desrespeito aos requisitos para a concessão de bolsa, a bolsa era cancelada imediatamente, sem substituição, e com obrigação de ressarcimento pela instituição dos recursos utilizados irregularmente.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	A qualquer tempo por infringência à disposição deste regulamento, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor (transfere da IES para o bolsista, mas se há descumprimento dos requisitos para concessão de bolsa, a IES que pagava). O crédito ocorria na prestação de contas subsequente, em que a IES pagava os valores ressarcidos pelos bolsistas que tivessem as bolsas revogadas ou canceladas.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	O cancelamento deverá ser comunicado à Pró-Reitoria e à Capes (informe mensal). Poderá ocorrer a qualquer tempo (não detalha o motivo) pela Comissão de Bolsas/Capes.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual (...). A bolsa poderá ser cancelada a qualquer tempo por infringência ao regulamento, ficando obrigado a ressarcir (...) (igual) e impossibilitado de receber benefícios da Capes pelo período de 5 anos, contados do conhecimento do fato (já previsto nos regulamentos anteriores), sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais (novidade).

Substituição de bolsista	
Diretrizes e Instruções (1987)	A qualquer tempo: 1) Titulação na vigência; 2) Desistência ou desligamento; 3) Desempenho insatisfatório; 4) Outra razão. Comunicadas até o dia 15 pela Pró-Reitoria à Capes.
Diretrizes e instruções (1991)	1) Titulação na vigência; 2) Até o 18º mês (ME) e 24º mês (DO) com desempenho acadêmico insatisfatório, desligamento do curso ou aceite no doutorado sem conclusão do mestrado. As substituições eram comunicadas à Pró-Reitoria que mensalmente informava à Capes.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	A Comissão de Bolsas podia, a qualquer tempo, substituir bolsistas que: 1) Tivessem concluído; 2) Desistido ou tivessem sido desligados do curso. Devia-se comunicar o fato à gerência do Programa DS e esta à Capes, por meio de relatório mensal.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	A qualquer tempo, devendo comunicar o fato à Capes.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	

Mudança de nível	
Diretrizes e Instruções (1987)	1) Prévia autorização da Capes; 2) Concessão de nova bolsa (DO), com novo prazo; 3) Mudança de nível antes da conclusão (1ª Fase) não implicava concessão de novo prazo, apenas dilatação de 18 para 24 meses; 4) Dependia de recursos disponíveis no convênio vigente.
Diretrizes e instruções (1991)	Os bolsistas de mestrado que, na vigência, defendessem as dissertações (entre 15/10 e 31/1) e fossem aceitos imediatamente no doutorado tinham as bolsas asseguradas. Para ser considerado "mudança de nível", havia o ingresso no doutorado sem defesa de dissertação. 1) Matrícula de pelo menos 18 meses; 2) Não havia concessão automática de bolsa; 3) O total das duas vigências não podia exceder 54 meses.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	A recomendação, sem defesa da dissertação: 1) Não garantia concessão automática de bolsa; 2) O total das duas vigências não podia exceder 54 meses. Não fala sobre Matrícula de pelo menos 18 meses.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Novidade: 1) Admitir-se-á até o 18º mês; 2) O PPG que autorizasse a mudança de nível devia solicitar a mudança da cota à Pró-Reitoria, que informava à Capes; 3) Era possível que o bolsista fosse de outra agência.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual. O programa que autorizar será contemplado com uma bolsa empréstimo; a bolsa de mestrado permanecia no PPG; ainda se permitia bolsista de outra agência.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Novidade: 1) Deve resultar do reconhecimento do desempenho acadêmico excepcional, obtido até o 18º mês de início do curso; 2) O colegiado do PPG deve autorizar; 3) O aluno deve ser bolsista da Capes, ininterruptamente, por pelo menos 12 meses; 4) 3 meses para defesa da dissertação; 5) Limite anual de 20% do total de cotas do PPG, restrito a 3 promoções anuais; 6) A bolsa de DO pode ser de até 48 meses.

Transformação de nível	
Diretrizes e Instruções (1987)	Havendo saldo, a Pró-Reitoria podia solicitar transformação para o outro nível, no mesmo ou em outro curso, respeitada a disponibilidade de recursos no convênio vigente, bem como valores diferenciados das bolsas de ME e DO. As frações de meses deviam ser desprezadas.
Diretrizes e instruções (1991)	Não existia. Bastava que os cursos decidissem na alocação inicial (anual) quantas bolsas seriam utilizadas em cada nível.
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	Permitida, desde que o doutorado possuísse conceito "A" ou "B", apresentasse adequado nível de titulação de bolsistas, e não tivesse aumento de despesas (proporção 3 bolsas de ME para 2 de doutorado). A transformação implica em automática alteração das quotas de bolsas, com repercussão nas quotas dos exercícios posteriores.
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Permitida, desde que o doutorado possuísse conceito 3 ou superior (adaptação), apresentasse adequado nível de titulação de bolsistas (igual), e não tivesse aumento de despesas (proporção 3 bolsas de ME para 2 de doutorado) (igual). A transformação implica em automática alteração das quotas de bolsas, com repercussão nas quotas dos exercícios posteriores (igual).
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Igual.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	É possível, na proporção de 3 para 2. Pedidos por meio de ofício da Pró-Reitoria. Não é possível do doutorado para o mestrado.

Estágio docência	
Diretrizes e Instruções (1987)	
Diretrizes e instruções (1991)	
Portaria nº 17, de 10 de março de 1998	
Portaria nº 52, de 26 de maio de 2000	Apenas previsto nos requisitos para concessão de bolsa.
Portaria nº 52, de 26 de setembro de 2002	Ganha maior detalhamento. É parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação, sendo obrigatório para todos os bolsistas DS. Critérios: 1) O PPG que possuísse 2 níveis, a obrigatoriedade ficava restrita ao DO; 2) Se o PPG possuísse apenas ME, ficava obrigado; 3) As IES que não ofereciam curso de graduação deviam se associar a outras IES; 4) Carga superior a 60 horas podia ser remunerada (vedada a utilização dos recursos repassados pela Capes); 5) 1 semestre (ME) e 2 (DO); 6) Comissão de bolsas para registrar, avaliar, definir supervisão e acompanhamento; 7) O docente que comprovasse tais atividades ficava dispensado; 8) As atividades deviam ser compatíveis com a área de pesquisa.
Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010	Igual (...), exceto: pode ser remunerado, independente da carga horária, fica a critério da instituição. Novidade: a carga horária máxima do estágio será de 4 horas semanais.

APÊNDICE B - MOTIVOS DE EVASÃO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DS/CAPES

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
1	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas															X	1
2	DO	F	BOLSISTA	BOLSISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)							X						X		X		4
3	DO	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
4	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X					X	2
5	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
6	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas/ psicólogo(a)						X				X	X			X		4
7	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e Pró-Reitor(a)											X						1
8	ME	F	IES	BOLSISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)							X				X	X		X			3
9	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)						X					X	X				X	3
10	DO	F	BOLSISTA	BOLSISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo									X		X	X			X	4
11	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	3
12	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
13	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X	X	3
14	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas				X						X	X				X	5
15	DO	M	BOLSISTA	BOLSISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ psicólogo(a)											X					1
16	ME	M	BOLSISTA	BOLSISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X			X		X	X				X	6
17	ME	M	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas/ psicologia)									X	X	X			X	X	5
18	ME	F	IES	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X			X		X			X	4
19	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)											X					X	2
20	ME	F	IES	BOLSISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
21	ME	F	BOLSISTA	BOLSISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)													X				1

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
22	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo		X			X					X	X				X	5
23	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)							X			X	X				X		4
24	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
25	ME	F	N.A	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X														1
26	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra					X	X		X	X		X					3
27	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)			X				X	X	X	X	X			X		6
28	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas							X	X	X		X					3
29	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso																X	1
30	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X					X	X	X							3
31	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X		X		X	X		X				4
32	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
33	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo							X	X	X	X	X					3
34	ME	M	BOLISTA	IES	Pró-reitor(a)		X				X			X								3
35	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X					X	X	X	X				X	X	5
36	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas											X					1
37	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X								X	X			X		3
38	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
39	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)					X				X		X			X		3
40	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)						X									X		1
41	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X				X	X			X			X		4
42	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)							X				X						2
43	DO	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X					X	2
44	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e Pró-reitor(a)	Psiquiatra					X			X			X					3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
45	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)										X			X				2
46	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e Pró-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
47	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)					X										X		2
48	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)														X			1
49	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
50	ME	M	BOLISTA	IES	Pró-reitor(a)									X								1
51	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra				X			X	X		X	X	X				5
52	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)												X	X	X	X	4
53	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X									1
54	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso			X														1
55	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra									X	X		X		X		3
56	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)		X							X	X		X			X		4
57	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo									X	X		X				2
58	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X														1
59	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X	X							2
60	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo												X				1
61	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
62	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo								X	X			X	X	X	X	5
63	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X						X		2
64	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
65	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
66	DO	M	IES	IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
67	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
92	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a) e coordenador(a) do curso	Não há laudo								X			X	X				3
93	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Não há laudo		X			X						X	X				3
94	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)															X		1
95	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)								X		X			X				3
96	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e coordenador(a) do curso	Psiquiatra												X				1
97	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)		X							X						X		3
98	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra												X	X			2
99	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X	X								3
100	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X								1
101	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)																X	1
102	ME	F	BOLISTA	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X						1
103	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X					X				X		X		4
104	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X									X				2
105	ME	M	IES	IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X				X	X	X	X		X	X	6
106	DO	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X		X						2
107	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo												X				1
108	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X					X	X							3
109	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)						X											1
110	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso						X											1
111	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo								X	X	X	X	X				5
112	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X		X				2
113	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X			X								2
114	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a) e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas								X				X				2
115	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)				X		X											2
116	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X	X			X		3
117	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X	X					1
118	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
119	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
120	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X			X					X					X	2
121	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																	2
122	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)		X	X														2
123	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X						X	X	X	X		X	X		5
124	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso e pró-reitor(a)											X	X		X			3
125	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X			X								2
126	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X		X						X	4
127	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)											X				X	2
128	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X			X						2
129	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X											1
130	ME	F	N.A	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)			X							X							2
131	ME	M	IES	IES	Orientador(a) e pró-reitor(a)						X	X	X			X					X	4
132	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X								X			X		3
133	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas					X			X	X	X	X			X		6
134	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)				X				X									2
135	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas		X								X	X				X	4
136	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)				X				X	X		X				X		5
137	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)								X			X			X	X	4
138	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra		X							X		X			X		4
139	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)	Psicólogo(a)											X				X	2
140	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X	X	X		X	X		X	X	7
141	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas												X		X		3
142	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e pró-reitor(a)									X	X	X				X		4
143	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso										X		X		X	X		3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
144	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X		X		X			X				4
145	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X	X	X					2
146	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
147	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X								X					X	3
148	DO	F	BOLISTA	IES	Pro-reitor(a)	Não há laudo										X		X				1
149	ME	M	IES	IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
150	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo					X	X	X		X	X						4
151	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X			X					X	X				X	5
152	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X									1
153	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X	X		X	X	4
154	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
155	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X	X	X	X								3
156	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X										X	2
157	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
158	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X	X	X							2
159	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X		X					X				3
160	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)											X			X		2
161	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)				X												X	2
162	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra							X	X				X				2
163	ME	F	N.A	IES	pró-reitor(a)						X											1
164	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo							X	X		X	X			X		4
165	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
166	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X							X	X						3
167	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X	X		X		X	X	5
168	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)									X								1
169	DO	F	IES	IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)																X	1
170	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria			X								X					2
171	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)		X							X		X		X				4
172	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Psiquiatria		X		X			X		X	X		X		X		7
173	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X						X		X				X		4
174	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas											X			X		2
175	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)	Psiquiatria											X			X		2
176	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
177	DO	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
178	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo		X						X		X	X			X	X	6
179	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria											X			X	X	3
180	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo											X	X		X		3
181	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
182	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X	X	X			X				4
183	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
184	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
185	ME	F	BOLISTA	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X							X							2
186	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X		X					X	4
187	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas								X		X	X					3
188	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas/ psicólogo(a)									X		X					2

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
189	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas									X	X	X	X				4
190	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)										X	X				X		2
191	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X								X	2
192	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X	X		X		X		4
193	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
194	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas			X								X					2
195	ME	F	IES	IES	Colégio do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
196	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
197	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-Reitor(a)	Não há laudo		X	X	X					X	X	X					6
198	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
199	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X									1
200	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X			X			X	X		4
201	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo							X				X			X		3
202	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas											X			X		2
203	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X		X					X	3
204	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X			X	X				X		X	5
205	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)				X					X							X	3
206	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicóloga											X					1
207	ME	M	N.A	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo		X									X					2
208	DO	M	IES	IES	Pró-reitor(a)											X					X	2
209	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)									X								1
210	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas		X	X	X						X	X	X		X		6
211	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo			X								X					2
212	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
213	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)				X													1
214	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
215	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra		X									X			X		3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
216	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)			X						X	X	X			X		5
217	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X		X				2
218	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)		X									X					1
219	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)																	1
220	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)												X	X		X	4
221	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e coordenador(a) do curso									X	X	X					X	4
222	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X												X	X	3
223	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)			X						X	X						3
224	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
225	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X	X		X			X		X					X	6
226	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)						X		X	X								3
227	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X						X	2
228	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso											X						1
229	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)									X		X						2
230	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas									X	X	X					3
231	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X			X				X						3
232	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X								X		X	3
233	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
234	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X	X		X		X		X						X	7
235	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X	X	X						3
236	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo												X		X		2
237	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas/ psicólogo(a)								X			X	X			X	4
238	ME	M	IES	IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X	X	3
239	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo		X	X	X	X		X		X	X	X					7

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
240	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X			X						2
241	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)		X				X					X						3
242	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)										X			X			2
243	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
244	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X	X	X							4
245	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
246	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X	X	X	X						5
247	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
248	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo				X						X					X	4
249	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X			X			2
250	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X				X		2
251	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
252	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas										X			X			2
253	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X							X			X	4
254	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X					X						2
255	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)										X				X		3
256	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
257	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)	X											X		X		3
258	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra					X							X		X	X	4
259	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)															X	X	2
260	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
261	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
262	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X								X				X		3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
263	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X					X	2
264	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X	X					2
265	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra									X	X	X				X	4
266	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)												X			X		2
267	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)											X			X	X	3
268	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo					X		X	X	X	X	X	X	X			8
269	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra								X	X	X	X					4
270	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)				X						X	X	X				3
271	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X				X	2
272	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X								X			X		3
273	DO	M	BOLISTA	IES	Pro-reitor(a)	Psiquiatra					X							X				1
274	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X					X						2
275	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X			X				2
276	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)			X	X		X					X	X		X		X	6
277	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)							X				X						2
278	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)											X			X		2
279	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pro-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
280	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
281	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicólogo(a)											X			X		2
282	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas					X	X	X	X		X	X			X		7
283	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X	X	X							4
284	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X		X	X	X	X	X					5
285	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo				X				X	X		X					5
286	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo			X							X	X					3
287	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)		X				X										X	3
288	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo								X		X	X					3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
289	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)											X				X	2
290	ME	M	IES	IES	Pró-reitor(a)											X						1
291	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X					1
292	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas/ psicólogo(a)										X		X	X			3
293	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X											1
294	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatra								X	X		X			X	X	5
295	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra								X			X					2
296	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
297	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)									X								1
298	ME	M	BOLISTA	IES	Orientador(a), colegiado do curso, comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X								2
299	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
300	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
301	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas											X			X		2
302	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
303	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra												X		X		2
304	DO	M	IES	IES	Orientador(a) e Pró-Reitor(a)											X					X	2
305	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X											1
306	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X		X	X						4
307	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
308	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X					1
309	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X					X	X	4
310	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X						X	2
311	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
312	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X	X		X							X	1
313	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X	X		X	X							4
314	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X		X						X					X	4

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
342	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas								X			X					2
343	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X	X	X							3
344	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)															X		1
345	ME	F	IES	IES	Orientador(a), Colegiado do curso e pró-reitor(a)																X	1
346	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas/ psicólogo(a)		X	X						X	X	X	X			X	6
347	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X													X	2
348	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)				X						X		X		X		4
349	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria/ outras especialidades médicas/ psicólogo(a)											X	X		X	X	4
350	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
351	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X							X	3
352	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)	Psiquiatria/ psicólogo(a)		X								X		X		X		4
353	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X								2
354	ME	F	IES	IES	Orientador(a), colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X						1
355	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)												X					1
356	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatria			X		X			X	X		X	X				6
357	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
358	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)							X	X		X			X				4
359	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatria											X					1
360	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatria/ Psicólogo(a)				X							X			X		3
361	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas									X		X					2
362	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas											X	X		X	X	3
363	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatria									X		X			X		3
364	ME	M	IES	IES	Pró-reitor(a)	Não há laudo							X	X		X						4
365	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)						X		X	X	X		X					3
366	ME	F	BOLISTA	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X				X				2

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
367	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X	X				X	3
368	ME	M	IES	IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatra															X	1
369	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra								X		X	X			X		4
370	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
371	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	pró-reitor(a)										X			X				2
372	ME	M	BOLISTA	IES	Pró-reitor(a)		X				X											2
373	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)								X	X		X						3
374	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra					X					X	X			X	X	5
375	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), colegiado do curso e coordenador(a) do curso	Não há laudo									X	X	X				X	4
376	ME	M	IES	IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
377	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
378	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X	X					2
379	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X													1
380	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
381	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e coordenador(a) do curso	Outras especialidades médicas											X			X	X	3
382	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra												X				1
383	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X			X											2
384	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X				X		X	4
385	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas										X	X	X				3
386	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo		X		X							X	X				4
387	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)									X	X							2
388	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X	X				X	3

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
389	DO	F	BOLISTA	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X			X		2
390	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colégio do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X	X						2
391	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X		X			2
392	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X								X					X	3
393	DO	M	BOLISTA	IES	Coordenador(a) do curso						X					X						2
394	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo Psiquiatra/ outras especialidades médicas		X					X			X	X			X	X	6
395	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X			X		X						X		X	5
396	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra										X	X			X		3
397	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas										X						1
398	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X					X	2
399	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Colégio do curso e pró-reitor(a)						X			X				X			X	4
400	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)							X	X	X							X	3
401	DO	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
402	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colégio do curso e coordenador(a) do curso	Psiquiatra					X	X	X	X			X			X		4
403	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
404	DO	M	IES	IES	Orientador(a), colégio do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X			X		X	X		X					X	5
405	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)											X			X		2
406	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
407	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X	X													2
408	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso									X	X		X	X				4
409	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo Psiquiatra/ Outras especialidades médicas			X								X			X	X	4
410	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra			X			X	X	X	X		X			X		6
411	DO	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
412	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
413	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatra										X	X					2
414	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e Pró-reitor(a)						X	X	X	X				X			X	5

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
440	DO	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)									X							X	2
441	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X							1
442	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a) e pró-reitor(a)	Psiquiatra/ outras especialidades médicas									X	X	X	X	X			3
443	DO	F	IES	IES	Orientador(a), coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)								X		X	X			X			3
444	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e coordenador(a) do curso													X			X	2
445	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X														1
446	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo							X		X	X	X	X		X		4
447	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)										X	X						1
448	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X	X		X		2
449	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas					X												1
450	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Orientador(a), comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo		X						X	X	X	X	X				3
451	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X		X					X				3
452	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra											X	X		X		2
453	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)									X	X	X		X				3
454	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psicólogo(a)											X			X		2
455	DO	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
456	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X			X								2
457	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)						X				X	X					X	3
458	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e coordenador(a) do curso								X									1
459	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)													X				1
460	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)													X		X		2
461	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra	X										X	X		X		3
462	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Orientador(a) e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas									X	X	X	X				2
463	ME	M	IES	IES	Reitor(a) e pró-reitor(a)										X	X						1
464	DO	F	IES	IES	Pró-reitor(a)										X	X					X	2
465	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)										X	X		X		X	X	5

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
466	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X					X	2
467	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso										X							2
468	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X				X		2
469	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
470	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Não há laudo										X	X			X		3
471	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas			X					X				X				3
472	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X		x												2
473	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra							X	X		X	X					4
474	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Psiquiatra												X			X	2
475	DO	F	IES	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas		X						X		X	X				X	5
476	ME	F	IES	IES	Pró-Reitor(a)							X	X			X					X	2
477	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)			X				X	X		X							4
478	ME	F	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)																X	1
479	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso e coordenador(a) do curso			X													X	2
480	DO	M	BOLISTA	IES	Pró-reitor(a)	Psiquiatra/ psicóloga											X					1
481	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X							X						2
482	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)									X								1
483	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Psiquiatra								X				X				2
484	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo			X				X			X	X			X		5
485	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X		X				2
486	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X							X						2
487	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Reitor(a), comissão de bolsas e coordenador(a) do curso											X						1
488	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso e Coordenador(a) do curso						X	X				X					X	2
489	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Pró-reitor(a)							X		X								3
490	ME	M	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
491	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
492	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
493	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo								X		X	X					3
494	DO	M	N.A	BOLISTA	Não há	Não há laudo		X		X						X	X				X	4
495	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo					X				X		X			X	X	5
496	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Não há laudo		X		X						X	X			X	X	6
497	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X			X			X								3
498	DO	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas												X		X		2
499	DO	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
500	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)				X							X						2
501	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)			X						X								2
502	DO	F	IES	IES	Pró-reitor(a)											X						1
503	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)	Piquiara			X						X		X	X				4
504	DO	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e Pró-reitor(a)					X			X		X							3
505	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)															X		1
506	ME	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Não há laudo										X	X				X	3
507	ME	F	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X								2
508	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
509	DO	M	IES	BOLISTA	Não há	Piquiara								X			X			X	X	4
510	ME	F	IES	IES	Colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)	Outras especialidades médicas								X	X	X	X					4
511	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)	Não há laudo		X		X			X	X	X		X				X	8
512	ME	M	BOLISTA	BOLISTA E IES	Colegiado do curso e pró-reitor(a)									X	X							2
513	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)															X		1
514	ME	F	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, colegiado do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X		X	X	X	X					X	4

Nº	Nível	Gênero	Decisão	Manifestação	Quem se manifestou na IES	Profissionais da saúde	1	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5	6.1	6.2	7.1	7.2	7.3	Somatório de motivos
515	DO	M	IES	BOLISTA E IES	Comissão de bolsas, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X			X		X			X			4
516	ME	M	IES	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
517	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
518	ME	F	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
519	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
520	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)																X	1
521	ME	F	IES	IES	Colégio do curso, coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)											X						1
522	ME	M	BOLISTA	IES	Coordenador(a) do curso e pró-reitor(a)						X					X					X	3
523	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1
524	ME	M	IES	IES	Comissão de bolsas e pró-reitor(a)											X						1